

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVIII

FLORIANÓPOLIS, 10 DE OUTUBRO DE 2019

NÚMERO 7.524

MESA

Julio Garcia
PRESIDENTE

Mauro de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Laércio Schuster
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Altair Silva
3º SECRETÁRIO

Nilso Berlanda
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Maurício Eskudlark
Vice-Líder: Coronel Mocellin

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Luiz Fernando Vampiro

BLOCO SOCIAL LIBERAL

Líder: Coronel Mocellin
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PL PSL

Maurício Eskudlark Ricardo Alba

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Milton Hobus
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PSD PDT

Kennedy Nunes Paulinha

PSDB PSC

Vicente Caropreso Jair Miotto

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

BLOCO PARLAMENTAR

Líder: Nazareno Martins
Vice-Líder: José Milton Scheffer
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PP PSB

João Amin Nazareno Martins

PRB PV

Sergio Motta Ivan Naatz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Paulinha
Fabiano da Luz
Luiz Fernando Vampiro
Ivan Naatz
João Amin
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Maurício Eskudlark - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Ivan Naatz
Nazareno Martins
Ricardo Alba

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Romildo Titon
Ricardo Alba

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Neodi Saretta
Volnei Weber
Luiz Fernando Vampiro
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Paulinha - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Moacir Sopelsa
Volnei Weber
João Amin
Nazareno Martins
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Valdir Cobalchini
Fernando Krelling
Jessé Lopes

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jair Miotto
Ada De Luca
Ivan Naatz
Felipe Estevão

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fernando Krelling
Jerry Comper
Bruno Souza
José Milton Scheffer
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Marcos Vieira
Neodi Saretta
Volnei Weber
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Luiz Fernando Vampiro - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Bruno Souza
Felipe Estevão

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Naatz - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Jair Miotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Marcius Machado
Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Milton Hobus
Moacir Sopelsa
Bruno Souza
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Ricardo Alba - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Dr. Vicente Caropreso
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Sergio Motta

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Milton Hobus - Presidente
Coronel Mocellin - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Fabiano da Luz
Jerry Comper
Volnei Weber
Nazareno Martins

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fabiano da Luz
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
Bruno Souza

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Paulinha
Fernando Krelling
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Marcus Machado - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Jair Miotto
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Bruno Souza

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
José Milton Scheffer
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sergio Motta - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Jair Miotto
Paulinha
Romildo Titon
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Jair Miotto
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Sergio Motta
Sargento Lima

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Jerry Comper - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
João Amin
Ana Campagnolo

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVIII NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 090ª Sessão Ordinária realizada em 02/10/2019..... 2</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa DL..... 7 Ato da Mesa..... 7</p> <p>Publicações Diversas CPI..... 8 Ofícios..... 17 Portarias..... 17 Projetos de Lei..... 18</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 090ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 2019 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Ricardo Alba - Romildo Titon - Sargento Lima - Valdir Cobalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Julio Garcia

Mauro de Nadal

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) -

Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO

(Oradora) - Reporta-se a duas moções de sua autoria para homenagear a bombeira militar, Stefania Adaime Veit; e dois policiais militares, Gerson Furtado Pereira e Christian

da Silva Chiappeta, por ato heroico praticado em Itajaí. Explica que retoma o assunto porque, na presente data, à tarde, será entregue a placa de homenagem, na sala de imprensa, a esses verdadeiros heróis que se dedicam a salvar pessoas que se encontram em perigo de vida.

Faz um breve relato do ato de bravura da soldada Stefania, que durante atendimento de emergência imobilizou pessoa emocionalmente descontrolada que ameaçava se suicidar, bem como foi a primeira mulher bombeira militar a ser homenageada. Também exhibe, no telão do Plenário, mensagem do comandante Átila, parabenizando Stefania pela moção de aplauso, e a deputada Ana Campagnolo por reconhecer o trabalho da homenageada. [Taquigrafia: Sílvia]

DEPUTADO RICARDO ALBA (Orador) - Inicia o discurso demonstrando preocupação com os 1.200 candidatos que foram reprovados no teste psicotécnico do último concurso público da Polícia Militar. Comenta que esse alto índice de reprovação é consequência do Decreto n. 1.479/13, com critérios rigorosos muito acima da média dos concursos da PMSC. Acrescenta que a consequência disso é a falta de reserva de contingente para possíveis chamadas posteriores, e a utilização de ações judiciais por parte dos reprovados.

Por fim, parabeniza a professora Jussara, de Gaspar, que foi gratificada em nível nacional com o Prêmio Educador Nota 10.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Corroborar a fala do deputado e entende que alguns critérios não são razoáveis.

Deputado Valdir Cobalchini (Aparteante) - Comunga a fala do deputado e concorda que há um exagero nos critérios. Coloca-se à disposição para ajudar a rever essa situação.

Deputado Sargento Lima (Aparteante) - Parabeniza o deputado por abordar o assunto, e cita que já ocorreram problemas similares em concursos anteriores. [Taquigrafia: Northon]

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Registra que recebeu a visita do prefeito Antônio Zilli, dos vereadores Luiz Clóvis e Ivair Niehues, da cidade de Urubici, trazendo pedido de recursos para atender comunidade carente do município. Menciona que está chegando o período das emendas impositivas para o próximo ano, e que vai priorizar os projetos importantes para atender as regiões do estado que estão precisando de recursos. Apela aos colegas deputados para que destinem recursos das emendas para obras do governo do estado, como segurança pública, área de saúde, para que as mesmas não fiquem somente para as obras municipais.

Informa que Santa Catarina fechou o mês de agosto com o saldo de 6,5 mil

empregos, o melhor resultado ocorrido nos últimos cinco anos, sendo que Santa Catarina lidera em nível nacional a recuperação da economia. Menciona visita do ministro Moro no estado, destacando que o mesmo citou avanços contra a criminalidade, e também falou sobre a sua função de ministro, que tem como objetivo ampliar o combate à corrupção, ao crime organizado, diminuição do número de homicídios. Elogia o ministro, afirmando que ele teve a coragem para enfrentar os poderosos que estavam dominando o Brasil, assim como as organizações criminosas.

Enumera avanços e várias ações que o governador Carlos Moisés já apresentou à sociedade catarinense, como verba para melhorias do Aeroporto Quero-Quero, reforço no efetivo da Polícia Militar, repasse de R\$ 3 milhões para o Hospital Santa Antônio, também visitou o Hospital Santa Isabel, e muitos outros investimentos em Blumenau. Procede apresentação de vídeo para ilustrar sua fala.

Também comunica que a Defesa Civil está lançando a Operação Primavera, com prevenção nos desastres naturais no estado.

Finaliza afirmando que o atual governador está investindo em todas as áreas prioritárias de Santa Catarina, como Saúde, Segurança e Educação, o que representa desenvolvimento e crescimento para o estado. *[Taquígrafia: Ana Maria]*

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) - Informa que, na data presente, recebeu uma delegação da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros Voluntários de Guarimir, solicitando apoio para a construção de uma sede para os mesmos, a partir do ano subsequente. Comenta que o município de Guarimir está localizado próximo às rodovias SC-108 e BR-280, onde acontecem muitos acidentes, inclusive com óbito, e com isso, justifica-se a construção de uma sede do Corpo de Bombeiros.

Confirma comprometimento e adianta que, no presente ano, serão liberados recursos para aquisição de um caminhão para a corporação. E afirma que irá ajudar na aquisição de materiais e do terreno para iniciar a construção da sede.

Relata que esteve com a Defesa Civil, em Florianópolis, para verificar o andamento das obras na SC-108, e pede para que os deputados federais cobrem para que a Defesa Civil faça o repasse correto para a empresa responsável pelas obras de manutenção, principalmente na barreira que caiu em fevereiro.

Informa que conversou com o Coronel João Batista Cordeiro, que afirmou que está concluído o processo licitatório para aquisição do novo radar meteorológico, que será instalado em Jaraguá do Sul, provavelmente no Morro das Antenas, e possui como objetivo melhorar a cobertura da região.

Comenta que, nos últimos três anos, os desastres naturais causaram mais de R\$ 815 milhões em prejuízo para o estado, e reitera que o governo, além de reduzir gastos, deve fortalecer a vida.

Por fim, agradece o esforço feito no dia anterior para aprovar o Projeto de Lei n. 260/2019, de sua autoria, que visa instituir o Programa Nota Fiscal Segura em Santa Catarina, gerando uma arrecadação mais robusta para o estado. *[Taquígrafia: Northon]*

Partidos Políticos

Partido: MDB

DEPUTADO FERNANDO KRELLING (Orador) - Fala de um tema extremamente importante, que é a saúde, a qualidade de vida,

principalmente para as pessoas acima de 55, 60 anos, pois a expectativa de vida tem aumentado muito, em Santa Catarina há uma expectativa de vida de praticamente 80 anos, evoluindo e logo será 85 anos, com isso não se pode esquecer que as políticas públicas para estas pessoas também precisam evoluir.

Neste sentido criou-se em Joinville, em 2014, um projeto chamado *Mexa-se*, com o principal objetivo de dar oportunidade às pessoas acima de 55 anos de praticarem atividade física, acesso ao lazer e socialização, com resultados satisfatórios no passar dos anos. Desde 2014 até hoje, 2.500 pessoas participaram do *Mexa-se*, com quase 50 mil atendimentos, e números impressionantes, como diminuição de triglicérides, colesterol, diabetes, e principalmente depressão na terceira idade.

Diz que está apresentando uma indicação para sensibilizar o governo do estado e a Alesc a abraçarem esta causa, criando no estado um programa como esse, quem sabe através da Fesport, e também seria importante que os municípios se engajassem nesta causa, pois cada um real investido em prevenção, são três reais economizados mais adiante.

Relata que o Ministério da Saúde investia até 99% do seu Orçamento em doença, e não especificamente em Saúde. Diz que, em reunião com o Ministro Mandetta, foi informado desta defesa que o mesmo está fazendo do atendimento da saúde primária, atenção básica em primeiro lugar, antes mesmo da alta complexidade.

Entende que, se o foco não for saúde primária e atendimento básico, não haverá hospital suficiente nos municípios, no estado, não terá medicamento suficiente daqui a alguns anos, quando a expectativa de vida aumentará muito.

Apresenta slides sobre o Projeto *Mexa-se*, de Joinville, que atende 2.572 pessoas, 82 turmas, 66 núcleos espalhados pela cidade, um total de 48 mil atendimentos, e 35 professores, representando uma grande economia para os cofres públicos, pois estas pessoas não estão nas filas das unidades básicas de saúde ou pegando medicamentos. Também traz depoimentos de pessoas que afirmam a melhora da qualidade de vida depois que passaram a participar do projeto, através da atividade física e do convívio social.

Acrescenta que hoje 13,5% da população do Brasil está acima de 60 anos, e em duas décadas chegaremos a quase 25% da população, por isso a importância de preocupar-se com o bem estar destas pessoas para evitar problemas futuros.

Deputado Ricardo Alba (Aparteante) - Parabeniza o deputado pelo trabalho realizado em Joinville, e por trazer a esta Casa a importância da atividade física, sobretudo na terceira idade. *[Taquígrafia: Sara]*

Partido: PR

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) - Inicia lendo o excelente currículo do médico doutor Lair Ribeiro, que é autor de livros e dvd's, como também de trabalhos científicos, e indaga se poderia haver alguma dúvida quanto à credibilidade da sua fala.

Também questiona o Parlamento sobre um manifesto assinado por 215 cientistas, apresentado na ONU e na OMS, sobre a radiação de radiofrequência e seus males à saúde humana.

Embasado em tais dados, informa que apresentou um projeto sobre o 5G, que foi deliberado na CCJ, a comissão que discute legalidade e constitucionalidade, tendo como relator o deputado Mocellin, que pediu apenas diligências para que os leigos pudessem

buscar conhecimento científico sobre a matéria. Entretanto, isso foi negado pela citada comissão.

Acrescenta que infelizmente os especialistas tiveram a sua voz calada quanto aos riscos dessa nova tecnologia, com a justificativa de que uma lâmpada e o roteador 4G, dentro dos lares, possuem mais radiação do que a tecnologia 5G.

Declara a sua decepção como legislador, como advogado e defensor das leis, pois considera que o Regimento da Assembleia foi rasgado, e finalizando, diz que espera que dentro de alguns anos não venha a esta tribuna outro Parlamentar informando dos malefícios da tecnologia 5G. *[Taquígrafia: Guilherme]*

Partido: PSB

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER

(Orador) - Faz um relato das boas práticas de política pública municipal na região do Médio Vale do Itajaí, citando inicialmente a sua cidade natal, Timbó, administrada pelo prefeito Jorge Krieger, que conseguiu aproximar as famílias da cidade com o Programa Prefeitura nos Bairros, oferecendo sua estrutura a serviço da população, e destaca o bairro Tiroleses, agraciado no final de semana com uma Ordem de Serviço importante de infraestrutura, através do Programa Pavimentação Timbó, utilizando o capital disponível de R\$ 20 milhões na execução de obras de infraestrutura naquela comunidade, e enaltece tais exemplos de gestão pública em prol dos municípios daquela região.

Ainda, na sequência de bons exemplos administrativos, menciona também a cidade de Indaial, cujo prefeito, André Moser, lançou o Programa Mãos à Obra, com investimento em infraestrutura em torno de R\$ 80 milhões. Além disso, no início do ano, o prefeito Moser assumiu a gestão do Hospital Beatriz Ramos, com total êxito, beneficiando a população daquela região.

Na oportunidade, apresenta aos dois gestores sinceros agradecimentos, reforçando a ideia da modernização, eficiência na administração pública brasileira para Santa Catarina, espelhando nas boas práticas da iniciativa privada. *[Taquígrafia: Elzamar]*

Partido: PV

DEPUTADO IVAN NATZ (Orador) - Inicia sua fala questionando o governador por comemorar economia de custos com telefones, dizendo que a modernidade contribui para isso. Da mesma forma, critica a comemoração do envio de recursos para Blumenau, sendo que o município investe 30% dos recursos na Saúde.

Reforça que, se não fosse a Assembleia Legislativa trabalhar o ICMS, o estado estaria "quebrado".

Relembra a força do deputado Milton Hobus em sua ida ao município de Rio do Sul para inauguração das barragens de contenção.

Cita a demora do governo em resolver os problemas do estado e que os prefeitos não estão mais assinando os convênios para recuperar Santa Catarina.

Comenta que o Secretário da Casa Civil esteve na Casa Legislativa em visita, mas não visitou os parlamentares do partido PSL.

Finaliza, dizendo que o estado vive um momento de tristeza administrativa e política. Questiona o porquê dos secretários de estado não terem o número de telefones do governador, também questiona o porquê de alguns secretários até agora não terem conversado com o governador.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Diz ao deputado que o mesmo está desinformado, pois conforme notícias estampadas nos jornais, as obras estão por todo estado.

Deputado Luiz Fernando Vampiro (Aparteante) - Afirma que o deputado tem um estilo muito próprio de se manifestar. Sobre a atuação do governo, diz discordar em alguns pontos, mas outros são verdadeiros, deixando claro que este governo é realizador. [Taquígrafia: Guilherme]

Partido: PSD

DEPUTADO MILTON HOBUS (Orador) - Discorre sobre a região do Alto Vale do Itajaí, que considera uma das regiões mais prósperas do estado, e, no atual momento, vive um dos piores índices de crescimento e desenvolvimento das últimas décadas. Percebe que devido à falta de melhorias nas rodovias, como de Rio do Sul e Blumenau a Itajaí, leva-se quatro horas para percorrer 120 ou 150 quilômetros até Itajaí.

Comenta reunião da Amavi no município de Santa Terezinha, na última sexta-feira, e de feitos da Amplanorte, em busca de uma estratégia para ligar a citada cidade com o Planalto Norte; também, se fez presente o secretário da Infraestrutura, que pode ouvir as demandas dos prefeitos. E, no encontro, a pedido do governador do estado, a Amavi solicitou aos prefeitos que escolhessem três obras relevantes para a região. Ao mesmo tempo, comenta que a região do Alto Vale viveu um período longo sem investimentos estratégicos e faz um contraponto com outras regiões, como o meio-oeste, que teve obras recentes de infraestrutura, e no oeste catarinense quase todas as cidades são interligadas, enquanto no Alto Vale não existe saída, além do problema das enchentes, o que entende ser um dos motivos de empresas desistirem de investir na região.

Enfatiza a rodovia que liga Rio do Sul e Presidente Getúlio, obra que teve o empenho do deputado Aldo Schneider e do governador Raimundo Colombo; necessita ser concluída. Também, ressalta a pavimentação entre Vidal Ramos e Botuverá, trecho que facilitará o acesso ao litoral, ligação do Planalto Norte com o Alto Vale, e entende como primordial para o desenvolvimento econômico da região.

Por isso, considera importante o diálogo do governador com as lideranças, prefeitos, deputados do Alto Vale para se colocar em prática projetos que foram apreciados, porque obras de infraestrutura têm alto custo e não há dinheiro para tudo, mas existe para fazer alguma coisa, e as prioridades têm que ser estabelecidas a partir de um planejamento.

Comenta indicação de sua autoria ao governador do estado e à secretaria de Turismo que objetiva elaboração de um projeto em parceria com a *Floripa Airport*, elencando atrações turísticas, oportunidades de negócios e incentivos fiscais catarinenses às novas empresas aéreas homologadas pela Anac, bem como demais empresas aéreas com potencial de operar no Brasil, pois com a ampliação do novo aeroporto de Florianópolis vislumbra-se prospecção e inovação para o turismo no estado de Santa Catarina. [Taquígrafia: Sílvia]

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Comunica que, na data anterior, aconteceu uma audiência pública da comissão de Saúde para tratar de questões sobre o atendimento, especialmente em Joinville, às pessoas com fissura labiopalatina. Demonstra apreensão com a diminuição do número de procedimentos cirúrgicos, o que acaba gerando preocupação nos pacientes. Acrescenta que o objetivo mínimo é retornar para o número de 32 cirurgias por mês, e o ideal seria aumentar o número para 50 cirurgias mensais. Também, lamenta que as

cirurgias ortognáticas sejam realizadas apenas uma vez por mês, e traz o exemplo de um paciente que está cinco anos na fila.

Registra que encaminhou um pedido de informação para que a secretaria da Saúde informe como tem atuado e se há fiscalização para prevenir o uso dos medicamentos para emagrecer, pois está preocupado com a comercialização destes medicamentos que, inclusive, já levou um paciente a óbito.

Também solicitou ao Ministério da Saúde a regularização do fornecimento da vacina pentavalente na rede pública de saúde no estado, pois se encontra com estoque zerado nas principais cidades catarinense.

Deputada Ada De Luca (Aparteante) - Corroborar a fala do deputado e comenta o caso da sua neta, que possui lábio e palato fissurado, mas hoje está recuperada. [Taquígrafia: Northon]

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Suspende a sessão até o início da Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Reabre a sessão e passa à pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n. 0073/2019, n. 0102/2019 e n. 0114/2019.

Igualmente, comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário a Proposta de Emenda à Constituição n. 0003/2019.

Pedido de Informação n. 0520/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, solicitando ao chefe da Casa Civil, informações acerca da previsão para que os Núcleos de Convênios do Governo entrem em funcionamento e servirem de base para atender às demandas dos municípios.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Marcius Machado.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0521/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, solicitando ao secretário de estado da Saúde, informações acerca do resultado da auditoria realizada no Hospital Tereza Ramos pela Controladoria-Geral do Estado.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Marcius Machado.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0522/2019, de autoria do deputado Neodi Saretta, solicitando ao secretário de estado da Saúde, informações acerca da transferência do Hospital Celso Ramos, do município de Florianópolis, devido ao incêndio ocorrido no mesmo.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0523/2019, de autoria do deputado Neodi Saretta, solicitando ao secretário de estado da Saúde, informações acerca do uso, venda e fiscalização de substâncias para emagrecimento no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0524/2019, de autoria do deputado Jair Miotto, solicitando ao secretário de estado da Saúde, informações acerca dos equipamentos de tomografia e ressonância magnética sem funcionamento do Hospital e Maternidade Tereza Ramos, do município de Lages.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Jair Miotto e Marcius Machado.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0525/2019, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao secretário de estado da Infraestrutura, informações atualizadas acerca da realização de obras na Serra do Rio do Rastro.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0526/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster, solicitando ao secretário de estado da Segurança Pública e ao Chefe da Casa Civil, informações acerca da previsão para o aumento do efetivo da Polícia Militar e da Polícia Civil do Município de Timbó.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0491/2019, de autoria do deputado José Milton Scheffer, cumprimentando o presidente da Federação Catarinense de Municípios, pela realização do Congresso de Prefeitos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0492/2019, de autoria do deputado Nilso Berlanda, manifestando aos familiares da sra. Marilúcia Silva Costa, pesar pelo seu falecimento.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0493/2019, de autoria do deputado Volnei Weber, apelando ao Presidente da República, para que se posicione contra o projeto que prevê a instalação de quatro novas praças de pedágios ao longo da Rodovia BR-101, no trecho Sul, no estado de Santa Catarina.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Luiz Fernando Vampiro, Maurício Eskudlark, Ada De Luca, José Milton Scheffer, Marcius Machado e Bruno Souza.

Em votação.

Encaminhamento de votação pelo sr. deputado Luiz Fernando Vampiro, dizendo que a bancada do MDB vota a favor da moção.

governador do estado, pelo investimento de R\$ 6,5 milhões feito em benefício das cooperativas catarinenses da agricultura familiar.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0499/2019, de autoria do deputado Ivan Naatz, cumprimentando o diretor-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Santa Catarina, pela atuação no desempenho de suas funções junto a esta associação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0500/2019, de autoria do deputado Ismael dos Santos, apelando ao diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, por providências no sentido de aumentar a fiscalização das normas reguladoras de uso de mão de obra brasileira em embarcações estrangeiras.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 1336/2019, de autoria da deputada Paulinha, solicitando ao presidente do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, informações acerca dos servidores que fazem parte do seu quadro de pessoal.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1340/2019, de autoria da deputada Luciane Carminatti, solicitando ao superintendente regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Santa Catarina, informações acerca de projeto de duplicação do trecho entre Porto Seco (aduana), Dionísio Cerqueira e o Bairro Três Fronteiras, deste município.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1353/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, solicitando a diretora-presidente da Casan, informações acerca da abertura de edital de licitação, em 2019, que vise à contratação de empresas prestadoras de serviços maquinários na região serrana.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1364/2019, de autoria do deputado Jair Miotto, solicitando ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar, informações acerca da possibilidade de instalação de uma Base do Corpo de

Bombeiros Militar no bairro São Miguel, no município de Fraiburgo.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1375/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, solicitando ao gerente do Posto do Sine do município de São Joaquim, informações acerca do possível fechamento do referido posto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1376/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, solicitando ao gerente da Agência do INSS, do município de São Joaquim, informações acerca do possível fechamento da referida agência.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere

de plano os Requerimentos n.s: 1320/2019, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 1337/2019, 1339/2019, 1347/2019, 1349/2019, 1350/2019, 1351/2019 e 1352/2019, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 1338/2019, 1356/2019, 1357/2019, 1358/2019, 1359/2019, 1360/2019 e 1361/2019, de autoria do deputado Neodi Saretta; 1341/2019, 1342/2019, 1343/2019, 1344/2019, 1368/2019, 1369/2019, 1370/2019 e 1371/2019, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 1345/2019, 1365/2019, 1366/2019, 1367/2019, 1379/2019, 1380/2019, 1381/2019, 1382/2019, 1383/2019, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 1346/2019, 1362/2019 e 1363/2019, de autoria do deputado Nilso Berlanda; 1348/2019, de autoria do deputado Marcos Vieira; 1354/2019, 1355/2019 e 1374/2019, de autoria do deputado Marcius Machado; 1372/2019, de autoria do deputado Altair Silva; 1373/2019, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 1377/2019 e 1378/2019 de autoria do deputado Laércio Schuster

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 1378/2019, 1379/2019 e 1391/2019, de autoria da deputada Paulinha; 1380/2019 e 1381/2019, de autoria do deputado Romildo Titon; 1382/2019 e 1400/2019 de autoria do deputado Altair Silva; 1383/2019, de autoria do deputado Nilso Berlanda; 1384/2019 e 1385/2019, de autoria do deputado Doutor Vicente Caropreso; 1386/2019, 1387/2019, 1388/2019, 1389/2019, 1390/2019, 1402/2019, 1403/2019, 1404/2019 e 1405/2019, de autoria do deputado Marcius Machado; 1392/2019 e 1411/2019, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 1393/2019, 1394/2019, 1395/2019, 1396/2019 e 1397/2019, de autoria do deputado Neodi Saretta; 1398/2019, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 1399/2019, de autoria do

deputado Jair Miotto; 1401/2019 e 1410/2019, de autoria do deputado Milton Hobus; 1406/2019, 1407/2019, 1408/2019 e 1409/2019, de autoria do deputado Jerry Comper; 1412/2019, 1413/2019 e 1414/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

[*Taquígrafa: Ana Maria*]

Explicação Pessoal

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Discorre sobre as reservas de gás natural que existem no Brasil, citando que as mesmas irão se ampliar de forma expressiva à medida que o país avançar na exploração do Pré-sal. No entanto, lamenta que a oferta esteja restrita ao litoral, prejudicando as empresas do interior do estado, que sofrem perdas de competitividade. Justifica dizendo que as indústrias do litoral usufruem de vantagem significativa de custo, porque possuem vantagem de infraestrutura, como a proximidade dos portos, aeroportos e malha rodoviária, também contam com uma fonte energética de custo inferior ao da energia elétrica.

Finaliza sugerindo que a SC-Gás invista na oferta do produto nas regiões oeste e planalto norte, e que governo de Santa Catarina possa implantar medidas para viabilizar a chegada da distribuição de gás no interior do estado, talvez seja o único meio para socorrer as empresas e reduzir o processo de litoralização.

Deputado Nilso Berlanda (Aparante) - Questiona a SC-Gás porque o oeste de Santa Catarina é discriminado, parabenizando o deputado pelo tema na tribuna. [*Taquígrafa: Ana Maria*]

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - A Presidência suspende a sessão, por até 10 minutos, para que possam usar a tribuna a rainha Carolina Lopes de Estefani, a primeira princesa Camila Buss Fonseca, e a segunda princesa Bruna Albano Pereira, para divulgar a Festa Heimatfest, que ocorrerá nos dias 10 e 13 de outubro, em Forquilha, acompanhadas do diretor de Eventos, Herlon Arruda.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Reabre a sessão, dando continuidade ao horário destinado à Explicação Pessoal.

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Fala da sua dificuldade em entender o porquê do estado catarinense ter que administrar frutas e verduras, e acredita que o ideal seria privatizar o Ceasa.

Informa que os produtores estão em um terreno que vale mais de R\$ 20 milhões, no meio da cidade de São José, e o empreendimento representa hoje um grande prejuízo para o estado.

Traz a ideia de que, se privatizar o Ceasa, os produtores poderiam ir para um espaço fora da cidade, com uma infraestrutura nova e adequada, melhorando o trânsito e a vizinhança da região onde agora se encontram. Demonstra ser a favor da venda do terreno e da privatização do Ceasa, pois tanto estado como agricultores e cidadãos iriam ganhar com isso.

Finaliza, afirmando que um governo, por querer cuidar de tudo, não consegue fazer bem, desta forma ressalta a importância de cuidar e focar no que é essencial. [*Taquígrafa: Guilherme*]

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Não havendo mais oradores, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente à hora regimental. [*Revisão: Taquígrafa Sara*].

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 022-DL, de 2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Moacir Sopelsa, para ausentar-se do País, no período de 8 a 17 de novembro do corrente ano, como Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo (FRESCOOP), a fim de participar da comitiva da Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina (FECOAGRO), em viagem ao Panamá e Costa Rica.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de outubro de 2019.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente

Deputado Laércio Schuster - 1º Secretário

Deputado Altair Silva - 3º Secretário

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO DEPUTADO MOACIR SOPELSA

Of. I. 105/2019 Gab/MS Florianópolis, 02 de outubro de 2019.

Exmo. Sr.

Julio Garcia

Presidente da ALESC

Nesta

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a V. Exa. autorização para ausentar-me do país, no período de 08 à 17 de novembro do corrente ano, onde estarei integrando a comitiva da FECOAGRO - Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de SC, em viagem ao Panamá e Costa Rica, com o objetivo de conhecer o sistema cooperativo e agropecuário dos países, regiões que apresentam semelhante estrutura fundiária de nosso estado e que detêm projetos avançados na área de controle ambiental e organização dos produtores rurais.

Como presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo - FRESCOOP - SC, junto a esta Casa, será de grande importância o conhecimento do sistema cooperativo e agropecuário desses dois países.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo protestos de considerações e elevado apreço.

Atenciosamente,

Moacir Sopelsa

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 09/10/19

* * *

ATO DA MESA Nº 023-DL, de 2019

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Fabiano da Luz para ausentar-se do País, no período de 10 a 13 de outubro do corrente ano, para tratar de interesse particular.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 9 de outubro de 2019.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente

Deputado Laércio Schuster - 1º Secretário

Deputado Altair Silva - 3º Secretário

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO DEPUTADO FERNANDO DA LUZ

Ofício Interno nº 0242/2019 Florianópolis, 09 de outubro de 2019.

Excelentíssimo Senhor

Deputado Júlio Garcia

DD Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Excelentíssimo Senhor Presidente,
Cumprimentando-o cordialmente vimos através deste, informar a Vossa Excelência que em razão de assuntos particulares, estarei ausente do país entre os dias 10 e 13.

Desejamos êxito e nos colocamos à disposição.

Atenciosamente,

Deputado Fabiano da Luz

Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores

Lido no Expediente

Sessão de 09/10/19

* * *

ATO DA MESA

ATO DA MESA Nº 533, de 10 de outubro de 2019

Altera o Quadro de Detalhamento de Despesa do Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo nos incisos XVIII e XIX e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais), na atividade abaixo discriminada, os seguintes elementos de despesa:

01000	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	
01001	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	
Atividade		01.031.0925.0145.1157

Elemento/Fonte	44.90.30 - 100	R\$	200.000,00
Elemento/Fonte	44.90.39 - 100	R\$	200.000,00
Elemento/Fonte	44.90.52 - 100	R\$	1.500.000,00
Elemento/Fonte	45.90.61 - 100	R\$	3.500.000,00
Sub-total		R\$	6.500.000,00
Total		R\$	6.500.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementado na atividade abaixo discriminada, o seguinte elemento de despesa:

01000	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	
01001	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	
Atividade		01.031.0925.0145.1157

Elemento/Fonte	44.90.51 - 100	R\$	6.500.000,00
Sub-total		R\$	6.500.000,00
Total		R\$	6.500.000,00

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **JULIO GARCIA** - Presidente

Deputado Laércio Schuster - Secretário

Deputado Nilso Berlanda - Secretário

* * *

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

CPI

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES
ATA DA 22ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE
FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS
NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS
LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A
ATUALIDADE, REALIZADOS NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2019, ÀS
17H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Boa tarde a todos e a todas, Deputada Luciane, Deputado Bruno, Deputado Jerry, Deputado Fernando.

Havendo quórum regimental, vamos dar início à reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada por Ato da Presidência de nº 030, de fevereiro de 2019.

Inicialmente eu coloco em votação a ata da 21ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, que vossas excelências receberam cópia em seus gabinetes, constituída pelo Ato da Presidência nº 0030-DL, de 21 de fevereiro de 2019.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Hoje, nós temos uma convidada que é a senhora Karla Regina Krauel, a quem peço para se dirigir aqui à mesa.

(A senhora Karla Regina Krauel senta-se no local indicado pelo Presidente.)

Ela se encontra de óculos por causa de um problema de visão, então, se os Deputados não se importarem ela vai permanecer com óculos.

Nós temos aqui ofício do Deputado Marcos Vieira, do Deputado Jesse Lopes e Deputado Sargento Lima todos justificando suas ausências. E, do expediente, nós temos sinopse da correspondência, Ofício nº 1.097 e também Ofício nº 1.098 de 2019, da Secretaria de Infraestrutura, todos enviados a nossa CPI.

Eu peço para a senhora Karla ligar o microfone ali.

Bom, a senhora sabe por que foi convidada a se fazer presente aqui hoje nesta reunião?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não, não tenho conhecimento, a não ser...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Pode falar mais...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Não. A senhora não recebeu ofício?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não recebi o ofício, mas eu acho que foi por conta do problema com os Correios, mas de qualquer maneira, Deputado, a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Bom, a CPI aprovou o seu nome como testemunha...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - ã-hã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - ...e nós temos hoje, aqui, a sua presença para dar essa oportunidade de alguns esclarecimentos por parte da CPI.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - A senhora também não é obrigada a responder a pergunta que lhe for feita, mas a gente sempre tem que fazer a senhora assumir o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade no âmbito interno desta Comissão acerca dos fatos que lhe for perguntado.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Para que as taquígrafas possam fazer, ou os taquígrafos, possam fazer o registro, peço para que a senhora fale o seu nome completo.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Certo. Karla Regina Krauel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - A sua profissão?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Administradora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - A sua idade?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - 41 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - O local de nascimento e o seu endereço?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Itajaí. Itajaí, Santa Catarina

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - O endereço?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Pedro Rangel, 382.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Bom, a senhora está acompanhada de advogado, né?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Se o seu advogado... Quem é o advogado?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Doutor Antônio Boabaid.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Por favor. *(Com gesto convida o advogado a vir à mesa.)*

(O advogado Antônio Carlos Boabaid senta-se ao lado do Presidente.)

Bom, se a senhora tiver interesse de ter instrução do seu procurador, não há qualquer óbice. Mas ele não poderá fazer qualquer tipo de manifestação ou gesto de aprovação ou desaprovação, quando a senhora estiver fazendo a sua manifestação.

Eu solicito para que o advogado fale, no microfone, o seu nome completo, o número da OAB.

O SR. ANTÔNIO CARLOS BOABAID - Antônio Carlos Boabaid, OAB nº 3160/Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - O senhor é de Santa Catarina?

O SR. ANTÔNIO CARLOS BOABAID - Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - E o endereço do seu escritório?

O SR. ANTÔNIO CARLOS BOABAID - Rua Alves de Brito, 141, conjunto 201.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Perfeito.

Então, agradeço tanto a senhora Karla quanto o seu advogado e passo a palavra ao Relator da CPI, Deputado Bruno Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Boa tarde, senhora Karla.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Boa tarde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Apenas para que a gente possa fazer uma distinção e não haver nenhuma confusão entre os que nos assistem e também os Deputados, eu vou distinguir aqui o nome das empresas CSA Group. Eu vou chamar a empresa CSA Group Inc, como a empresa norte-americana; já a CSA Ltda. como a empresa brasileira. Então, sempre que eu me referi aqui ao grupo CSA Group Inc será a empresa norte-americana e a CSA Ltda. como empresa brasileira. *[Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]*

Senhora Karla, a senhora trabalhou ou ainda trabalha para a empresa estrangeira CSA Group Florida Inc ou outras empresas do Grupo CSA?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não mais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Qual foi o regime de contratação, contrato ou registro em carteira?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Eu fui administradora da empresa, fui eu que organizei é... parte do consórcio, ã... que identifiquei a empresa, eu tenho uma... tinha uma longa relação com o Grupo CSA, com a Holding, ã... nessa época, Deputado, tem que se esclarecer que a CSA Group Florida do Brasil Ltda. pertencia ao Grupo CSA.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Qual o período que a senhora trabalhou para empresa?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Desde a criação da empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Pode precisar?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Desde 2008, eu creio, não? 2008... Quando foi que nós lici... quando foi a licitação da ponte? Faz muito tempo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não sei, a senhora era administradora, não era?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Sim, mas ã... não tenho lembrança.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Até que época a senhora trabalhou?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Nossa saída se deu acho que em 2013.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Dois mil?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Acho que em 2013.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - 2013. E a senhora tinha contrato ou registro em carteira?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Eu tinha contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não tinha registro em carteira, então?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Para quais empresas especificamente a senhora trabalhou e quem contratou a senhora?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Só trabalhei para empresa CSA.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - CSA, qual?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - CSA Group Internacional. A empresa CSA do Brasil foi a filial que uma vez nós, ã, ganhamos o, o consórcio, o nosso consórcio foi o, o contemplado, ã... com o projeto da ponte, ela foi formada no Brasil. *(Pausa.)* Eu era contratada da empresa CSA Group.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Certo. Então a senhora trabalhou para o grupo CSA Group? A senhora recebia do grupo CSA Group?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Durante todo esse período?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Sim, porque eu sou é... eu era a diretora de desenvolvimento de negócios.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E a senhora tinha contrato a época com o grupo CSA Group?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora poderia nos disponibilizar esses contratos?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Posso, não hoje. O senhor vai ter que me solicitar isso, eu vou solicitar a empresa nos Estados Unidos e isso tem que haver um prazo para que isso possa chegar ao Brasil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora não guarda cópia disso?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhora Karla, a senhora me respondeu que trabalhou desde 2008, perfeito?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Eu acho que foi isso. Eu acho, eu não tenho certeza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas O.k.. A senhora foi responsável por protocolar o contrato social da empresa CSA Ltda...?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...a empresa brasileira, na Junta Comercial em 19/02/2009.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora participou da elaboração desse contrato social?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Nossos advogados foram que elabora... foram as pessoas que elaboraram o contrato social.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Está ali, né? Para que a senhora... *(Aponta para o documento.)*

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Sim, exato. Eu como administradora tenho que assinar o documento...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Hum, hum.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - ...da Junta Comercial, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim.

Quem foi o responsável pela sua elaboração?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Os nossos advogados de São Paulo, que agora não... me foge o nome do escritório, mas posso fornecê-lo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Só... Não...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não. Impossível guardar essa informação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Lembra qual o nome do advogado?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não... ele deve estar... Se o senhor teve acesso a esse documento, dentro desse documento tem o nome dos advogados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhora Karla, no mesmo dia do deferimento do registro da empresa CSA Gerenciamento Ltda...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...na Junta Comercial de Santa Catarina, em 9 de março de 2009, foi realizada uma reunião para deliberar sobre a constituição do Consórcio Florianópolis Monumento com a Construtora Espaço Aberto.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Por que as empresas estrangeiras - CSA Group Inc e CSA Holding Inc - não ingressaram direto no Consórcio, uma vez que as duas empresas tinham registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica? Como pode ser verificado na tela.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Sim, Deputado, é uma coisa... é muito simples, é... toda empresa estrangeira tem o direito de ter um CNPJ de empresa estrangeira, ã... não domiciliada em território brasileiro. É obrigatório. Isso é uma determinação da Receita Federal Brasileira.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim. *[Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro]*

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E por que elas não entraram diretamente como parte do consórcio?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Porque as empresas não queriam entrar no consórcio diretamente.

A CSA é uma *holding*. Ela é constituída de várias empresas e existem divisões dentro dela. A divisão responsável para cuidar do mercado brasileiro é a CSA Group Florida, ã... que cuida do mercado brasileiro, que está embaixo, se eu não me engano, é, a, a Holding é uma empresa e a outra empresa que ingressou foi a CSA Central.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Quem ganhou o consórcio foi a Holding...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - A Florida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...a internacional...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - A Florida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...ou foi a empresa brasileira?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - A Florida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas o compromisso do consórcio foi firmado pela CSA Group Inc, a empresa internacional?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não posso lhe fornecer essa informação porque eu não recordo. Eu não recordo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas a empresa que partici...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Isso que a... Existe uma questão entre a constituição da empresa no Brasil, dos sócios da empresa no Brasil, e da empresa que se apresentou ao consórcio.

Eu creio que a empresa que foi apresentada ao consórcio, talvez dentro do processo licitatório, o senhor pode verificar, que é uma bela de uma... dentro da proposta há a CSA Group Florida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Exato. Foi justamente a CSA Group Florida que venceu a internacional...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...e ela que assumiu também o compromisso em participar do consórcio. Entretanto, quem participou do consórcio efetivamente foi a empresa brasileira, e é isso que nós queríamos tentar entender a razão. Por que a empresa internacional...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não, o edital nos obriga.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Exato, que era para ser a internacional, mas quem participou foi a...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não, o edi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...local.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - O edital nos obriga. Não senhor. O edital nos obriga a formar uma empresa brasileira.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A empresa, como está aqui, poderia ter sido participada essa aqui. É o que nós queremos entender...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - ã...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Por que não foi participada? E o compromisso de participação...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Desde o pro... Se o senhor pegar a proposta do processo licitatório, o senhor vai observar que a empresa que participou de todo o processo licitatório foi a CSA Group Florida Inc.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Exato.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - O.k.?

Essa empre... â... o edital nos obrigava a abrir uma sucursal da empresa, uma vez nós fossemos vencedores do, do, do pleito. É assim, é, é assim, é assim que funciona a, a, a lei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Exato. E na verdade o que eu estou mostrando para a senhora é justamente isso, que a CSA Group Inc, que é a internacional, já tinha cadastro e poderia ter participado diretamente.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não. Não, ela não... o cadastro das CSAs que são donas da unidade Brasil, elas só foi con... o CNPJ dessas empresas só foi constituído para a formação da empresa CSA Group Florida do Brasil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A CSA Ltda. era uma filia, uma sucursal...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Ela é uma sucursal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...uma agência ou uma nova empresa?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Ela é uma sucursal. Ela é uma, uma, uma... filial, uma sucursal, não sei bem qual é a definição que a lei dá a ela, ou...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E a empresa brasileira, a CSA Ltda., que foi a empresa que efetivamente participou do Consórcio. Ela tinha uma operação de fato ou operava apenas por meio de advogados com procuração?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Tal como por meio do senhor José Luis Camargo Junior?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não. O doutor José Luis era um no... um dos nossos procuradores no Brasil, da empresa, da Holding, de toda a estrutura que nós tínhamos lá fora. Eu era a responsável pelo desenvolvimento de negócios no mercado brasileiro e África.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então existia uma operação de fato?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Existia, nós, é... participamos de vários, é... editais, para a Copa do Mundo, para as Olimpíadas, para projetos de gerenciamento, â... desenvolvimento de projetos, não para a construção.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A CSA Ltda. participou dessas operações?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - A CSA brasileira era quem buscava as operações. Era responsabilidade da unidade Brasil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O contrato PJ 264 foi assinado em 2008, mas em março de 2009 ainda estavam deliberando sobre a constituição do Consórcio Florianópolis Monumento. Houve algum problema na constituição do consórcio?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não. Não que eu lembre, não que eu recorde na época, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Na sequência, a mesma ata - nós vamos mostrar agora - registra a deliberação, informando que a Construtora Espaço Aberto e a CSA Group Inc, que é a internacional, haviam celebrado instrumento de promessa de constituição de consórcio, para fins de participação da concorrência internacional nº 44/2007, sagrando-se vencedores. [Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: Bruna Maria Scalco]

Por fim, deliberou-se que a "CSA Group Florida Inc será substituída no consórcio pela sociedade" - no caso, a sociedade era a CSA Ltda.

SRA. KARLA REGINA KRAUEL - A CSA brasileira.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora poderia explicar o motivo da substituição?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - É uma decisão de conselho, de administração da Holding. Era melhor assim fazê-lo por conta da estrutura administrativa que nós temos nos Estados Unidos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora acabou de nos informar aqui que a CSA Ltda., empresa brasileira, era uma sucursal. Por que isso não está expresso no contrato social da CSA Ltda.?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não sei lhe informar. Foi uma questão jurídica. Eu não sei lhe informar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A palavra substituição esclarece que se trata de pessoa jurídica distinta, sequer informa a existência de relação entre as empresas - ali a senhora viu bem -, como por exemplo, se tratar de uma filial, agência ou sucursal.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - ã-hã.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Qual era a relação jurídica entre as empresas estrangeiras e nacional? Tratam-se de empresas diferentes, correto?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Ela está sob... ela estava sob o guarda-chuva da Holding. A empresa brasileira pertencia às CSAs estrangeiras. Ela era parte do grupo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - É, isso não está no contrato social. Não...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Bom...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora registrou o contrato social, a senhora assinou o contrato social.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Pois bem, Deputado, isso foi orientação nos dada juridicamente, na época, e, se isso foi feito, certamente, porque a legislação assim o permitia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não, claro, permitia. O que eu estou questionando é que não...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - E a CSA...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Eu queria entender qual a relação entre as duas empresas, porque...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Bom, a relação é total, porque as empresas CSAs estrangeiras eram donas da CSA brasileira.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Quem eram os donos?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - CSA Holding.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Quem assinava o contrato?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - J.J. Soares, Juan Melgarejo... aí, tem vários executivos dentro da empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Houve algum tipo de registro nos órgãos de classe Crea ou CAU sobre o acervo da empresa registrando no Brasil a experiência da empresa estrangeira ou transferindo oficialmente o acervo?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Essa foi uma das grandes dificuldades que nós tivemos. Nós tínhamos um arquiteto que era local, que tinha responsabilidade técnica local e, depois, o Crea nos exigiu, inclusive, que determinados engenheiros nossos que já possuíam pós-doutorado viessem fazer o registro da sua graduação. E queriam fazer sempre o comparativo entre a graduação estrangeira e a graduação brasileira. Isso se tornou um processo de quase um ano, dois anos dentro do órgão, e acabamos por não registrar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então a transferência do acervo não foi concluída?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não. Nenhuma transferência de acervo de empresa estrangeira... é praticamente impossível conseguir uma empresa estrangeira que tenha conseguido transferir seu acervo para o Brasil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Nessa época, em março de 2009, a empresa CSA Ltda., empresa brasileira, tinha algum funcionário da CSA Group Inc. trabalhando em Florianópolis?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Tínhamos, tínhamos três funcionários em obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Pode nos citar?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Um deles era José Rossis; depois tivemos um engenheiro brasileiro que trabalhou numa empresa estrangeira chamado Reinaldo... recorde o primeiro nome e não recorde do sobrenome; e tínhamos o próprio Juan Melgarejo que vinha a cada quinze dias para as reuniões técnicas... e tínhamos... não, eram só os três.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ainda sobre a transferência do acervo, a senhora teria esse pedido de registro do acervo?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não, eu não tenho... Não temos mais nada armazenado no Brasil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas a senhora fez esse pedido?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Foi feito, na época, era obrigatório.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Esse pedido, então, se eu for consultar ele se encontra no Crea local?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - O Crea tem que, tem que... inclusive o nosso registro, o nosso contrato social, tem o nosso técnico Fernando Hayashi. No próprio contrato social consta...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, mas a pergunta foi com relação ao acervo.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não há como... não há como registrar um acervo de uma empresa estrangeira no Brasil, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E eu estou lhe perguntando: a senhora...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Nós tentamos, sim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A esse pedido, eu consigo ter acesso? A senhora pode nos fornecer?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Acredito, acredito que o próprio Crea possa fornecer o nosso protocolo de pedido de registros dos engenheiros estrangeiros.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora não disponibiliza isso.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não, não é que eu não disponibilize, eu não tenho, Deputado, eu não possuo isso. [Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Quando a senhora diz que não há como fazer o registro desse acervo, a senhora quer dizer que é difícil porque... (pausa) A senhora fala que não existe porque é difícil ou porque é impossível?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Eu diria que... Bom, como que nós vamos... Quais são os critérios que o órgão tem para fazer uma equivalência de graduação de engenheiros estrangeiros e engenheiros brasileiros? Não havia como. Nós chegamos a trazer do senhor Rossis todo o histórico escolar... escolar não, desculpe, universitário. Todo, todo, sem exceção. Diploma, certificado com processo de consularização.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Essa questão não foi verificada pela CSA antes de participar da licitação?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Mas isso é um processo que toda empresa estrangeira passa, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Eu to perguntando, a CSA...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Todo o processo... Claro que nós verificamos. Agora, não achamos que fosse ser algo tão difícil, algo... Todas as vezes que nós chegávamos a apresentar alguma coisa no Crea sempre era nos solicitado algo a mais. Chegou-se ao ponto de querer informar que ele teria que fazer um período de seis meses ou um ano junto à Universidade Federal para que se tivesse um revalida do diploma dele... Então, era algo que era inconcebível para um engenheiro estrangeiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A empresa CSA Ltda., brasileira, informou que a sede da empresa era na rua Coronel Lopes Vieira, 126, centro de Florianópolis.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Era lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora trabalhou nesse endereço?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não. Eu não trabalhei nesse endereço. Eu trabalhei no princípio... nós tínhamos um canteiro de obras, não do lado da Praça da Luz, no outro lado, no Estreito. Então, ficávamos dentro de uma casa e, depois, eu já não cheguei a trabalhar deste lado porque daí a gestão... Eu não estava na gestão do consórcio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Quem trabalhava nesse endereço?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Lá? Todos. Todos nós, todos estávamos lá, Rossis...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora acabou de dizer... Quem trabalhava na Rua Coronel Lopes Vieira?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não, não.. A casa da Coronel Lopes Vieira ela pertencia à Espaço Aberto e nós foi fornecida... nós alugamos, na verdade, a casa para que nós montássemos a empresa, né, para que nós tivéssemos o endereço da empresa no Brasil...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então, ninguém, de fato, trabalhava lá?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não. Eu, eventualmente, passava por lá. Mas era um escritório só para quando necessitássemos de uma reunião ou algo que não tivesse uma relação com o projeto em curso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E funcionava algo lá nessa casa?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Funcionou durante o período de uns...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O que funcionava lá?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - ...de um ano. Só tínhamos uma secretária, Deputado. Nada além disso. E quando eu marcava

alguma reunião, ou o Rossis, ou o Juan... se tivéssemos uma reunião que não fosse de um assunto relacionado ao consórcio, então, nós nos reuníamos lá porque nós não podíamos misturar assuntos da Ponte Hercílio Luz com novos projetos do mercado brasileiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - No período de 2009 a 2014, período do contrato de reabilitação da Ponte Hercílio Luz, a empresa CSA Ltda. teve mais algum endereço, mais alguma sede em Florianópolis?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Em Florianópolis, não. Não, o outro endereço que era utilizado... não, não teve nenhum outro endereço oficial. O senhor está me perguntando... não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O endereço desse da Coronel...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Lopes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ... era compartilhado com mais alguma empresa?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Era compartilhado com mais alguma empresa que eu não sei agora que empresa era. Não me recordo. Mas ele era um endereço compartilhado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - De que ramo? [Transcrição: Ana Clara Mota]

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não recordo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O contrato social da empresa CSA Ltda. foi firmado em 28 de janeiro de 2009, sendo que a primeira alteração contratual ocorreu em 24 de março de 2014, quando a empresa foi vendida. Nessa data, em 2014, a empresa ainda declarava o mesmo endereço, na rua Coronel Lopes Vieira, 126.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - ã-hã.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora poderia apresentar os contratos de locação do imóvel e os recibos de pagamento desse período?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Eu não tenho mais isso no Brasil, Deputado. Conforme eu já lhe informei, todo e qualquer documento eu preciso solicitar aos Estados Unidos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Houve uma transferência física desse documento para os Estados Unidos?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Total.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora teria o recibo dessa transferência?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - É, tem que verificar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Como foi feita essa transferência?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Foi feita via *mailing*, normal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - *Mailing* o quê?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Avião.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Uma quantidade dessa por avião, foi isso?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - O quê? Papel?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Isso.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E a senhora guarda os recibos dessa transferência?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Se estão conosco, estão armazenados nos Estados Unidos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Inclusive os recibos da transferência.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Todo documento referente de toda operação no Brasil foi armazenada nos Estados Unidos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Foi feito contrato de locação desse imóvel?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Foi feito, à época, foi feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - As imagens no Google Street View de junho/2011 apresentam um imóvel sem a indicação que tivesse qualquer empresa funcionando no local. O imóvel da sede da empresa era esse da imagem (*mostra slide*), o de fachada azul?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não, não recordo... para mim, não tinha fachada azul. Para mim, não tinha fachada azul.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora lembra do imóvel como era antes?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não lembro, mas para mim não tinha fachada azul. Para mim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E estruturalmente, consegue reconhecer?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Era uma casa de dois andares. Era uma casa de dois andares.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora assinou o contrato de alocação deste imóvel.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Na próxima tela, é o mesmo endereço em julho de 2017...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Bom, essa parece...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ... sendo que o imóvel agora tem placa indicando a existência de uma empresa instalada, veículos estacionados, gerador, portas abertas, etc.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - ã-hã.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Gostaria que a senhora confirmasse se foi mesmo nesse endereço no qual a CSA Ltda estava instalada?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Foi neste endereço, Coronel Lopes Vieira, que nós nos instalamos pela primeira vez.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E até quando que a CSA ocupou esse imóvel?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - A CSA ocupou esse imóvel só no primeiro ano. Somente no primeiro ano.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - 2009?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - 2009, 2009, exatamente como está o contrato social, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - É que, na verdade, segundo o contrato social, esse endereço foi ocupado até 2014.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Bom, a Espaço Aberto deve ter permanecido com o mesmo endereço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Depois de 2009, para onde foi a empresa?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Eu residia na rua Almirante Lamego e eu permanecia fazendo todas as minhas atividades em *home office*, porque eu não tinha a gestão do consórcio. Eu não tinha nenhuma... tudo o que era do consórcio era discutido na sede do consórcio. Então, todas as minhas atividades laborais como administradora eu fazia dentro do meu *home office* e eu passava a maior parte do meu trabalho... era viajando. Eu não permanecia quase em Santa Catarina, eu permanecia, eu estava constantemente no Rio de Janeiro, constantemente em São Paulo e constantemente visitando alguns países na África, porque era a minha plataforma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então a sede da empresa, na prática, ficou sendo a sua própria casa?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Passou a ser a minha própria casa. Se não me engano, posso até talvez lhe oferecer o nosso extrato bancário, é... como... creio que o próprio *Citibank*, porque era o único banco que nós tínhamos conta, mandava toda documentação e tudo aquilo que era relativo ao banco, já enviava diretamente para mim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora me citou também aqui que... não sei para onde esse Espaço Aberto quis transferir, mas a empresa, a CSA Ltda., era da CSA Inc. ou da Construtora Espaço Aberto? [Tradução: *taquígrafa Maria Aparecida Orsi*] [Revisão: *taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não, ela era da CSA, conforme já lhe falei desde o princípio, a CSA brasileira foi constituída a partir de, da, da, do... que nós ganhamos a licitação, que o consórcio ganhou a licitação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora foi nomeada administradora da empresa CSA Ltda. no contrato social de constituição da sociedade.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Como a senhora foi selecionada ou convidada para administrar essa empresa?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Conforme eu já falei no princípio, a minha relação com a CSA, ela não é somente pelo consórcio. Eu tenho uma relação com a CSA de longo tempo, com a CSA Group, com o doutor Juan Melgarejo, que envolvem outros projetos, em outras partes do mundo. E, por isso, eu fui selecionada, até porque quem levou a, a, a, a proposta do consórcio, quando eu vi o processo licitatório e eu sabia da história da ponte, sabia da consti... de como o projeto foi concebido, eu sabia que esse, esse projeto ele só poderia ser executado por empresas estadunidenses, ele não podia ser executado por outras empresas ao redor do mundo, O.k.? A ponte ela foi é... projetada pelo Steinmann, pelo Robson e pelo Ammann & Whitney. O Steinmann, ã... e o Ammann eram sócios, separaram-se, um formou a American Bridge e o outro formou a Ammann & Whitney. Se o senhor observar todo o processo licitatório, nós nos consorciamos, nós trazemos, nós trouxemos para o, o, o nosso consórcio a empresa Ammann & Whitney, que foi a empresa... ã... que fez todos os cálculos estruturais da ponte à sua época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora pode nos especificar como começou sua relação então com a CSA Group International?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - ã, Deputado, eu trabalhei desde 1999 no governo americano, naquilo que é um braço chamado US ID, O.k.? Servi em vários países da África, a minha relação com a CSA ela vem daí, assim como com várias outras empresas americanas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora prestou serviços fora do Brasil para a CSA, é isso?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Prestei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora tinha o apoio de mais alguém na parte administrativa da CSA Ltda.?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Hum, não, só dos nossos advogados e... dos, no... eu a... do nosso contabilista, dos contadores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A administração da parte da empresa CSA no consórcio competia somente a senhora então?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - É... naquilo que era a gestão do consórcio eu não tinha nenhuma gestão, O.k.? Nenhuma gestão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Da CSA Ltda.?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Nenhuma gestão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora não era gestora da CSA Ltda.?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Somente, somente da, das atividades da CSA Ltda., que era área de desenvolvimento de negócios.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Pode nos explicar o que a senhora entende por gestão do consórcio?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - A gestão do consórcio, o consórcio tinha um...um, o consórcio tinha uma, um conselho, né, no qual eu não pertencia, quem pertencia era somente o doutor Juan Melgarejo, e... o, a parte técnica, o senhor, e... Khaled, que era um dos engenheiros, ã... eu não me recordo todos os nomes, mas o conso... o consórcio eles tinham uma gestão à parte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Quantos funcionários a empresas CSA Ltda. teve desde a constituição até os dias atuais?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - No Brasil, na, na minha época, somente três.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora pode citar o nome deles?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Fernando, ã... o Reinaldo, eu, e os, os, os expatriados como a gente chama, os estrangeiros, mas eles não eram... ã, diretamente ligados à empresa brasileira, eles estavam todos ligados sempre à empresa estrangeira, até porque nos seria muito custoso, ã... tê-los, ã... como expatriados no Brasil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Em que época que eles foram contratados e permaneceram na empresa? [Transcrição: *Janis Joplin Zervos Leite*]

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - O Fernando Hayashi, é... creio que até 2010 ou 2011; eu permaneci até a saída total; o, o, o senhor Reinaldo foi demitido; o Hosihi não pertencia, não estava dentro do quadro, ã... brasileiro, né, era estrangeiro. Todos os outros pertenciam à CSA, alguns eram da CSA de Porto Rico, da unidade de Porto Rico, outros do Panamá, outros da Flórida, muitos de Nova Iorque.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Da CSA Ltda. mesmo...?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não, não, no Ltda. somente nós, conforme lhe expliquei, estrangeiros não eram...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Hum, hum.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - ...registrados junto à empresa brasileira.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Esses que são da CSA Ltda. foram declarados ao Ministério do Trabalho?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Sim, foram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então existe cópias das GFIP e SEFIP?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim.

Os trabalhadores estrangeiros recebiam pela CSA Ltda.?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não, não. Todos pela CSA é... estrangeira.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O pagamento era no Brasil ou no Exterior?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não, todos... eles têm uma residência fixa no Exterior, Deputado. Nenhum tinha residência, nós tínhamos um único com residência fixa aqui, mesmo assim ele recebia através da CSA Flórida. É... era muito custoso ter isso, o salário de um

engenheiro americano é muito diferente de um salário de um engenheiro... de um engenheiro brasileiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor Paulo Ney Almeida, da Construtora Espaço Aberto, afirmou na sua oitava, nesta CPI, que a equipe de engenheiros norte americana alugou uma casa em Jurerê Internacional.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Esse imóvel foi locado pela CSA Ltda.?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Foi. Eu acho que foi o único imóvel é... locado pós a constituição da... da CSA Ltda. Acho!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Quando isso aconteceu e por quanto tempo se deu essa locação?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Somente verificando os contratos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora também falou que os trabalhadores estrangeiros recebiam pela CSA Internacional e recebiam fora do Brasil. Certo?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Os recursos eram repassados para os Estados Unidos para pagar eles?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Deputado, os, ã, os engenheiros estrangeiros eram funcionários de, das várias CSAs espalhadas no mercado americano. Engenheiros contratados com longa data e recebiam os seus salários normalmente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Hum, hum.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - ...de acordo com a legislação americana. Vinham ao Brasil, faziam os seus trabalhos, executavam os seus trabalhos e retornavam...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E eles não eram pagos com os recursos do contrato, então, do consórcio?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Eles eram pagos com os recursos da CSA. A origem dos recursos eu não posso lhe precisar, conforme já lhe falei a gestão da, da, do consórcio ela não tinha nada a ver com a gestão da CSA Brasil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, mas a minha pergunta é por quê? Eu fico imaginando, se eles recebiam lá fora eles tinham que receber um repasse de alguma forma.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Mas, ã, Deputado, me perdoe, me perdoe. Os, os funcionários estrangeiros eram funcionários de longa data das CSAs estrangeiras. Como a CSA estrangeira se organizava para pagar os seus recursos, os seus salários, eu não posso lhe responder.

(Pausa.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Houve algum outro imóvel locado pela equipe técnica da CSA?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - De fato, a empresa CSA Ltda., representada pela senhora, alugou um apartamento na Avenida dos Búzios, 3085, no edifício Solar das Palmeiras, em Jurerê Internacional, tendo o contrato de aluguel iniciado em 28 de junho de 2009, sendo o imóvel devolvido espontaneamente em 15 de dezembro de 2015. Entretanto, o relatório da empresa de supervisão da obra da Ponte Hercílio Luz, o Consórcio Prosul/Concremat, informa que após junho de 2009 já não havia nenhum estrangeiro trabalhando na Ponte Hercílio Luz.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora teria como comprovar que esses profissionais trabalharam na Ponte Hercílio Luz?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Tsc, só se... solicitando a, a CSA Americana. Eu sou obrigada solicitar lá. Todos os registros estão lá, não estão aqui comigo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora conhece o senhor Khaled Mahmoud?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Khaled Mahmoud.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Isso.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Khaled Mahmoud é um engenheiro nova-iorquino... *[Transcrição: Grazielle da Silva]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Hum, hum.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - ...considerado um dos melhores engenheiros do mundo, ganhou prêmios por isso... ã... em pontes pênseis...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Hum, hum.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - ...pontes de aço. Eu o conheci, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Qual a relação dele com a CSA?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Ele foi nosso empregado durante um período, nós o contratamos, porque o Khaled era um engenheiro muito importante nesse segmento construtivo e quando nós, ã, fomos participar do... do... do processo licitatório, nós o identificamos e propusemos a ele para ser o nosso head.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o vínculo dele era com a empresa brasileira ou com a empresa estrangeira?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Sempre com empresa estrangeira.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A se...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Ele foi um dos grandes... uma das grandes dificuldades que nós tivemos no registro de acervo, porque ele tinha um dos acervos mais importantes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora, como administradora da CSA, era responsável pelo acompanhamento dos serviços prestados pelo senhor Khaled?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não, é... Os serviços do Khaled... eu nem tinha competência pra isso, porque não sou engenheira. E... ã... O Khaled, ele respondia diretamente ao doutor Juan Melgarejo - ambos eram especialistas na mesma área, com pós-doutorado na mesma área.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora participou da organização dos documentos relativos à habilitação do Consórcio Florianópolis Monumento na licitação que resultou na contratação do consórcio para a realização das obras de restauração da Ponte Hercílio Luz?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A habilitação técnica da CSA foi inteiramente apresentada no certame licitatório mediante meras autodeclarações da empresa e alguns currículos profissionais.

Por que nos documentos referentes à habilitação técnica da CSA...

(O telefone celular da testemunha toca.)

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Desculpe.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Por que nos documentos referentes à habilitação técnica da CSA não se encontram atestados de capacidade técnica, certidões, cópias de contratos ou quaisquer outros documentos hábeis a comprovar a capacidade técnica da empresa e seus respectivos profissionais, tal como foi exigido no edital?

Eu vou citar a lista de documentos apresentada pelo Consórcio Florianópolis Monumento na fase de habilitação...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Para a senhora ver tudo o que foi apresentado. Os senhores apresentaram: carteira de trabalho e currículo do engenheiro civil Reinaldo Damasceno da Silva; currículo do engenheiro Khaled Mahmoud; autodeclaração da CSA...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - O senhor pode... o senhor pode transmitir aqui, por favor?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Eu vou... tô... só lendo porque que gente não tem projeção disso. Autodeclaração da...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Ah, então só um minuto, só um minuto. O doutor... o Reinaldo não pertencia ao nosso quadro, o Damasceno, O.k.?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, mas foi apresentado na habilitação.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Bom, isso faz parte do... do... Nós apresentamos a documentação tal qual como exigia o edital. Esse é um primeiro ponto. Tal qual como ele...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ele não pertencia ao quadro da...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Ele não pertencia ao nosso quadro da CSA.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ele pertencia a quem?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Ele pertencia ao quadro da Construtora Espaço Aberto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O.k.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Ponto dois: o Khaled Mahmoud foi apresentado todo o currículo dele, devidamente reconhecido pelo Consulado-Geral do Brasil em Nova Iorque, toda a... todo o acervo técnico do Khaled foi devidamente consularizado, traduzido e juramentado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Certo.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Nenhum currículo foi apresentado sem a devida consularização e tradução juramentada, como se exigia à época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ótimo.

Esses documentos são do consórcio, apresentados na fase de habilitação do consórcio.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Do consórcio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Do consórcio. Então eu vou repetir para a senhora tudo o que foi apresentado pelo consórcio para a habilitação, que a senhora nos alegou aqui que participou da fase de habilitação.

Foi apresentado pelo consórcio: carteira de trabalho e currículo do engenheiro civil Reinaldo Damasceno da Silva; currículo do engenheiro Khaled Mahmoud; autodeclaração da CSA Group e currículo do engenheiro Fernando Fagundo; currículo do engenheiro civil Enrique Hernandez Montez; currículo do engenheiro sanitário Alexandre Winter; autodeclaração da CSA Group e currículo do engenheiro Wing Au; autodeclaração da CSA Group e currículo do engenheiro civil Juan Melgarejo; currículo do técnico em edificações Crescêncio Matos dos Santos; currículo do técnico em agrimensura Alexandre da Silva; autodeclaração da empresa Ammann & Whitney; currículo do engenheiro Peter Sluszk; currículo do engenheiro Imam Hossain; currículo do engenheiro Christopher Gagnon; currículo do engenheiro civil Radu Dragnan; carta de oferta de emprego da CSA Group para o engenheiro Khaled Mahmoud; e autodeclaração da empresa Freyssinet International & Cie. [Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza]

Senhora Karla, como a senhora pode perceber, existem atestados, certidões ou contratos que, efetivamente, comprovem a capacidade técnica da CSA e seus respectivos corpos técnicos. Esses documentos não foram apresentados por que simplesmente não existem?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Eu acho que o senhor tem que verificar o... eu tenho... a que se pegar a proposta, porque na...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas foram os documentos na habilitação, na fase de habilitação já?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não, isso foi entregue na proposta. Todos os currículos e as devidas... ã, os devidos certificados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, isso. Mas não... Eu apresentei para a senhora tudo o que foi apresentado pelo consórcio. Eu, novamente, vou dizer para a senhora: não foi apresentado nenhum atestado, certidão ou contrato que, efetivamente, comprove a capacidade técnica da CSA. Só foram apresentadas autodeclarações e currículos.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Foi apresentado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Por que esses documentos não foram apresentados?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Deputado, o senhor me desculpe, foi apresentado exatamente como exigiu o edital.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não, eu acabei...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Tudo foi apresentado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Eu acabei de dizer...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não, o senhor me desculpe. O senhor...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...para a senhora que a lista...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não, não, não, não, o senhor me desculpe. Foram apresentados todos os documentos exatamente como se exigiam, como exigiu o edital. Quando se havia dúvida em alguma questão técnica do edital ou de atestação, se fazia uma pergunta ao órgão e o órgão respondia. O.k.? Todos os documentos foram apresentados de acordo com as regras do edital. Todos, sem exceção. O.k.?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Então o senhor poderia solicitar uma cópia completa da proposta que foi entregue, junto com todas as perguntas que foram feitas ao co... ao, ao órgão e com todas as respostas que o órgão nos deu. E nós apresentamos a todos os currículos, todas as atestações de acordo com o edital. Nada foi feito fora das regras do edital, absolutamente nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora acredita que autodeclarações e currículos são suficientes para comprovar...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Deputado, se o senhor... se o senhor...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Eu estou formulando a pergunta, eu só peço para a senhora esperar...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não, só, só um minutinho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não. Eu peço para a senhora esperar que a minha pergunta seja concluída.

É assim: a senhora fala, eu lhe ouço; eu falo, a senhora me ouve. O.k.? Eu vou fazer a pergunta e a senhora vai ouvir.

A senhora acredita que currículos e autodeclarações são suficientes para comprovar a capacidade técnica?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Se o senhor verificar o currículo das empresas, o senhor vai ter que todas as empresas ela tem capacidade técnica pra cumprir, com tudo aquilo que o edital exigia. Nós cumprimos com absolutamente tudo o que o edital exigia, tudo. Nós não deixamos de cumprir com absolutamente nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora acredita, então, que o edital foi respeitado?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Eu tenho plena convicção disso. (Pausa.) Inclusive nas questões de atestação da transferência de carga. O senhor pode verifica... solicite um órgão, a pergunta que foi solicitada ao órgão e o que ele respondeu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Se houver alguma incongruência com o edital, a senhora então creditaria ao órgão?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Deputado, nós cumprimos com absolutamente tudo que o edital exigia, absolutamente tudo. À época, tudo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora teve algum envolvimento na contratação, escolha ou acompanhamento do pessoal da CSA Gerenciamento Ltda. alocado no canteiro de obras da Ponte Hercílio Luz?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Desculpa, eu não entendi a pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Se a senhora teve algum envolvimento na contratação, escolha ou acompanhamento do pessoal que trabalhou, da CSA Ltda., alocado no canteiro de obras da Ponte Hercílio Luz?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - A única pessoa que foi contratada, Deputado, eu já lhe respondi, foi o Fernando Hayashi e o Reinaldo. Os outros eram estrangeiros.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Como foi feita a contratação dos dois?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - ã, pela experiência. O Reinaldo era um engenheiro de um... de um... uma grande empresa americana - americana ou holandesa -, mas que atuava muito forte nos Estados Unidos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - E ela... essa empresa nos indicou que ele era um grande especialista em gerenciamento. E o Fernando era um arquiteto local e nós precisávamos de um arquiteto local, justamente para fazer as identificações de desenhos e... as builder.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E foi pela experiência que contrataram o senhor...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Foi pela experiência... [Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...Fernando também?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Foi pela experiência dele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Qual era a experiência prévia do senhor Fernando?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Ele era arquiteto, eu não... não me recordo. Eu não recordo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A declaração do Anexo 22 do edital do certame licitatório firma o compromisso da apresentação da documentação necessária para a empresa CSA Group Florida Inc., a internacional, funcionar no Brasil até cinco dias úteis antes da data marcada para a assinatura do contrato. Esse dispositivo foi cumprido?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Olha, eu não recordo, eu não recordo disso. É... nós tivemos os problemas com... nós tivemos muitos problemas nessa época, o próprio Estado teve problemas com as chuvas de Santa Catarina, houve remarcação e mais remarcação de... de... de datas pra assinatura do contrato, é... foram aquela época onde teve problemas no Morro do Baú e tudo mais.

Eu não recordo especificamente se esse anexo foi cumprido ou não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A CSA Group Florida Inc. ainda se comprometeu a apresentar no prazo de trinta dias, após a autorização de funcionamento provisório no Brasil, o

registro na Junta Comercial e a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. Esses documentos foram apresentados?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Foram apresentados dentro da época que o senhor já tem, dentro dos... dos... das datas que o senhor tem, que nós falamos no princípio da nossa conversa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora lembra se foi no prazo de trinta dias após a autorização?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Eu não lembro. Não recorde, não recorde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O Contrato PJ 264/2008, que foi avençado entre o Consórcio Florianópolis Monumento e o Deinfra, foi assinado em 27/11/2008 e o registro do consórcio na Junta Comercial ocorreu somente em 8/4/2009, ou seja, 132 dias após a assinatura do instrumento contratual, descumprindo o artigo 33, parágrafo 2º, da Lei 8.666/1993, que assim versa: "o licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I deste artigo".

A senhora poderia explicar por que não foi cumprido esse dispositivo, bem como a letra h do item 6.3.1.4 do edital?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não, não posso, nem tenho... nem possuo os documentos aqui pra poder explicar algum... Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora sabe me dizer por que o consórcio só foi constituído 132 dias após a assinatura do instrumento contratual?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não posso lhe informar, não tenho... não tenho nem dados aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O Contrato PJ 264/2008 foi firmado em nome do Consórcio Florianópolis Monumento, mas com o CNPJ da Construtora Espaço Aberto. Tal prática foi adotada pretendendo facilitar a assinatura do contrato sem que o consórcio estivesse oficialmente constituído?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não posso lhe informar, Deputado. Não tenho conhecimento disso. Eu não assinei o contrato, não foi... não foi... não foi eu que assinei o contrato com o Estado. Acho que eu nem estava presente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A CSA sabia que o contrato estava sendo assinado pela Espaço Aberto?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não posso lhe informar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora era administradora da CSA.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Pois bem, fazem quase dez anos isso. Eu não tenho como lhe informar isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O Edital 44/2007 exigia a comprovação de R\$ 16,9 milhões de patrimônio líquido para habilitar uma empresa, sendo acrescido ainda 30% no caso de participação em consórcio. O capital social da empresa CSA Ltda., a brasileira...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...foi estipulado em R\$ 12 mil, totalmente subscrito e a ser integralizado no período de um ano.

Esse capital social, que sequer foi integralizado quando do registro da empresa, condiz com as exigências estabelecidas no Edital 44/2007, que resultou no Contrato PJ 264/2008?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Deputado, se não me engano o patrimônio da CSA, quando participou do... do... do processo licitatório, ele era bem superior a 100 milhões de dólares lá fora. Após isso, eu não posso lhe informar porque eu não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas nós não... Não. Mas nós não podemos nos confundir aqui. Nós estamos aqui... quem assinou o contrato não foi a CSA, quem assinou o contrato foi a empresa brasileira, que está ali, ó (*aponta para a imagem*). Esse é o patrimônio da... esse é o patrimônio da...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - A empresa brasileira...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...empresa que assinou o contrato, que participou do consórcio, que fez parte do consórcio efetivamente, que é uma empresa distinta e que tem o patrimônio de R\$ 12 mil.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Hum, hum. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então por isso eu estou lhe perguntando, se foi realmente... se a empresa, ela atendia as exigências estabelecidas no edital?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Mas o edital, ele se reportava às empresas que par... que participaram do consórcio. Ele não falava das empresas... ã... que tinham que ser constituídas... ã... pôs a... a...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Quem assinou o contrato, foi a empresa internacional ou a empresa nacional?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Foi o consórcio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Quem formou o consórcio? Foi a empresa nacional ou a internacional?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Quem formou o consórcio no princípio foi a empresa estrangeira.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Há comprovação disso? Porque no registro aqui para nós, quem... quem assinou nos documentos, está quem assinou foi sempre a empresa nacional.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Quem assinou... quem participou...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Quem efetivamente constituiu, segundo o edital e com todas as documentações mostradas aqui, foi a empresa nacional.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Deputado, eu não sei lhe informar, então. Eu preciso tá munida dos documentos, fazem dez anos que isso aconteceu.

Não, eu quero estar munida, eu, dos documentos, eu quero ver documento a documento e aí eu vou poder lhe responder. Antes disso eu não tenho como lhe responder.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora ainda sabe me informar, como administradora da CSA Ltda. acredito que deva saber, a senhora poderia esclarecer se esse capital de R\$ 12 mil foi integralizado?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Olha, nos trouxemos à época muito mais do que R\$ 12 mil dos Estados Unidos para cá, é... pra poder fazer as movimentações que a gente tinha no Brasil. Mas eu acho que ele não chegou a ser integralizado. Eu acho que não chegou a ser integralizado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Quando da constituição da empresa CSA Ltda. foram nomeados a senhora, como administradora da sociedade, e o senhor Fernando Hayashi, arquiteto, como responsável técnico pela sociedade. O senhor Fernando Hayashi não foi citado entre os profissionais da empresa CSA Inc. na documentação apresentada no edital. Houve uma substituição formal?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Eu... Ele só foi contratado eu acho que pôs a... a... após nós sermos os vencedores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ele substituiu alguém?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E ele detinha a habilitação solicitada no edital para trabalhar na...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Na CSA brasileira? Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Foi a senhora que o contratou?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - ã... foi... ele foi selecionado diretamente pelo doutor Juan Melgarejo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Apesar de ser responsável técnico da CSA Ltda., o senhor Fernando Hayashi consta nos relatórios do consórcio supervisor da obra como mero assistente técnico...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...permanecendo na obra somente até fevereiro de 2011, situação que foi confirmada por ele aqui nesta CPI.

Considerando que o Consórcio Florianópolis Monumento só foi habilitado na licitação em virtude da documentação da CSA Group, a empresa internacional, a senhora poderia nos responder se a CSA nacional manteve a equipe técnica própria no canteiro de obras durante todo o período da obra?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Durante todo o período?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Isso.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - ã... Não, porque depois nós tivemos desentendimentos é... técnicos e administrativos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Com quem?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Com o nosso consorciado. E creio que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Com a Espaço Aberto?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - É... creio que em 2000 e ao final de 2011, eu acho que nos retiramos todos os nossos... os nossos engenheiros, inclusive o estrangeiro, o doutor José... o engenheiro José Rossis.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então em 2011 a CSA já não estava mais na obra?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Em tese...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Bom, acho que é isso... 2011...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora quer complementar?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não, eu acho que é isso, eu não tenho precisão das datas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora pode nos explicar melhor sobre esse desentendimento?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Eram desentendimentos de gestão e desentendimentos técnicos. Conforme eu lhe falei, eu não estava dentro do conselho do consórcio. É... a pessoa a poder lhe responder isso com maior precisão seria o doutor Juan Melgarejo. Eu não fazia parte, eu não posso lhe dizer o que... quais eram os... os... os desajustes que haviam entre técnica e a gestão interna do consórcio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Em tese, quem detinha o conhecimento técnico das partes mais sensíveis da obra era a CSA Group.

Senhora Karla, a CSA teve realmente o protagonismo técnico nessa obra da Ponte Hercílio Luz ou a Construtora Espaço Aberto foi quem tomou as rédeas da situação? [Transcrição: Felipe Pereira Bueno / Revisão: taquígrafa Siomara G. Videira]

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Nem só a CSA. ã... Se o senhor observar no processo licitatório, ã... a própria Ammann & Whitney, dentro do Consórcio, a a... o Grupo Freyssinet, ã... o Grupo Freyssinet que veio com o grupo Vinci, a Vinci era uma... é uma das maiores construtoras do mundo, que é um grupo francês, estava conosco dentro do Consórcio, além do grupo Printec, que também tinha engenheiros dentro do... do processo, dentro do consórcio, ã... deixa eu ver quem mais...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas o grupo, a CSA, ela teve protagonismo técnico nessa obra?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - No princípio, sim. No princípio, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E no meio e no final, a Espaço Aberto tomou a frente, foi isto?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - É. Nós não... conforme eu lhe falei, não sei lhe precisar se foi 2011 ou 2012, é... não, não tenho como lhe precisar isso. ã... Houve essas questões técnicas, ã... não houve entendimento entre as partes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E essa saída da CSA foi documentada?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Claro. Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Foi documentada?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Foi. Ela foi documentada e nós também na época chegamos a nos reunir com o Governador em exercício, se eu não me engano era Raimundo Colombo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A Espaço Aberto tinha condições de tocar a obra sem a CSA?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Eu não posso lhe informar isso. Eu não sei lhe informar isso. Essa... eu, eu não posso lhe falar nem que sim nem que não, porque eu não fazia parte desta gestão, desse consórcio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora me disse que tiveram reuniões com o Governador. O Governador foi notificado da situação então.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Ele foi informado à época sim, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Foi notificado desse desentendimento entra as empresas da saída da CSA.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Claro. Claro. Claro. Claro. Claro. Claro. Sim. Ele foi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ele sabia que quem tocava a obra a partir de então seria apenas a Espaço Aberto?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Sim. Sim. Sim. Ele foi informado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora pode me precisar quando isso aconteceu?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não posso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ano?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Deve ter sido nesse período de 2011 ou 2012. Eu não sei lhe precisar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E onde foi essa reunião?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Foi na Casa da Agrônômica. Nós tivemos várias reuniões. Nós... no próprio órgão, no Deinfra, nós tivemos reuniões no órgão, nós tivemos reuniões na Agrônômica, nós tivemos na... sede do governo... na sede administrativa do governo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E quem estava presente nessas reuniões?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Deputado, eu não tenho... o Governador, logicamente, eu acho que talvez a vice... a... vice governança à época, ã... assessores que o Governador convocava.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E a senhora mencionou reuniões no plural, dando a entender que foram um número significativo.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - É que num único dia nós nos reunimos em três... em três ã... em três unidades do governo: no Deinfra, no... na sede administrativa do governo e ã... no... ã... na Casa da Agrônômica com o Governador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A reunião com o Governador foi na Casa da Agrônômica?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E na sede do governo?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Na sede do governo eu creio que foi com... ã... assessores do Governador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Qual foi o ensejo de tais reuniões?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - A comunicação da... a comunicação a comunicação da nossa saída.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E a senhora lembra quem lhe recebeu no Deinfra, com quem foi a reunião?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Foi diretamente com o Secretário. E essa reunião...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E quem era o Secretário?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não lembro. Não recordo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora lembra o nome de alguém que participou dessa reunião no Deinfra?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - No Deinfra? No Deinfra eu não recordo. Bom, o Secretário, assessores do Secretário, e um engenheiro, ã... que... na época trabalhava... assumiu a responsabilidade pelo Estado ã... na Ponte Hercílio Luz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E essas comunicações foram apenas verbais? Houve alguma comunicação oficial?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - À época houve.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Essa reunião foi em 2011. Então pelo que eu entendo...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Ou 2011 ou 2012, eu não recordo. Eu não recordo. [Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ok.

A empresa CSA Ltda. fez alguma remessa de recursos ao exterior, repassando o lucro da atividade à CSA Florida INC.?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não. Nós tivemos mais prejuízos que... qualquer outra... A atividade no Brasil não nos deu... não nos rendeu... Não tivemos nenhuma emissão de recursos ao exterior. É... nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhora Karla, a senhora recebeu ou ofereceu alguma vantagem ou promessa de vantagem, de qualquer natureza, de agentes públicos ou privados em qualquer aspecto, atividade ou fato relacionado ao procedimento licitatório ou execução do contrato de reabilitação e restauração da Ponte Hercílio Luz?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Nunca. Faz parte... Nenhuma... nenhuma... Bom, o Conselho, a estrutura da CSA, não nos permite isso, mas uma empresa americana fazer isso no exterior, é, é... é impossível.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora teria algo mais a acrescentar que possa auxiliar os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Deputado, a única coisa que eu tenho a acrescentar mais é que nós chegamos logo após ao... ao... a termos ganho o, o processo licitatório, chegamos até a apresentar um projeto reduzindo o valor daquilo que nós havíamos ganho. Se eu não me engano, eu acho que o contrato foi de R\$ 154 milhões e alguma coisa, não? O valor?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - É... Nós chegamos a apresentar uma proposta de valor menor, com uma solução técnica

mais segura para o Estado, mais segura para o, para a ponte, é... mais barata em manutenção a longo prazo pro, pro, pro Estado, é... que era com um cabo. Ou seja, não colocar ... As barras de olhai... As barras de olhal elas apareceriam, mas elas não teriam função mecânica, né, porque o, o... À época inclusive veio uma, uma, uma, uma defesa de um arquiteto e engenheiro francês, Michel Vilorgeaux ã... que apresentou o cabo como a melhor solução para a Ponte Hercílio Luz. Até porque nenhuma ponte de barras de olhal você reabilita ela com novas barras de olhal, né? ã... todas as outras pontes no mundo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Hum, hum...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - ... Foram... é, as barras de olhal foram substituídas por cabo. E se apresentou essa solução que era até mais barata. Ou seja, nós reduzíamos o próprio valor do contrato à época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A senhora, por último, poderia explicar porque a participação da CSA foi reduzida de 51% no edital para 15% na constituição do consórcio?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Justamente na, na... Pelas questões de... técnicas. É... ao, ao menos era o que o Juan comentava comigo, que não havia uma concordância técnica, né, é... entre os engenheiros. Então preferiu-se essa redução de participação, aonde nós teríamos ainda a responsabilidade técnica, mais ã... à frente não se conseguiu mais nem esse mínimo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Certo. Só para deixar consignado aqui em ata, a senhora se mostrou disposta a solicitar os documentos à CSA, todos os documentos...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Sim, sim, sim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...Que nós falamos e a senhora falava...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Sim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...Que estava, estão, em posse da internacional...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Aham...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ... Podemos deixar consignado em ata que a senhora irá nos auxiliar...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ... Na obtenção desses documentos?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Claro, claro que sim.

A CSA tá à disposição pra, pra enviar toda a documentação que está nos Estados Unidos, tudo o que for necessário à, à... esta Comissão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Estou satisfeito, Presidente. Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Obrigado Relator Bruno.

Hoje, eu vim preparado com cinco perguntas e consegui não riscar uma. Então, sobrou uma pergunta para fazer. Vou pedir licença para as Deputadas Marlene e Luciane e para os Deputados Fernando e Jerry.

Senhora Carla, conforme o contrato social da CSA Ltda. a senhora figurava como administradora da sociedade. De acordo com o contrato social do Consórcio Florianópolis Monumento, a movimentação da conta financeira do consórcio deveria ser realizada por dois representantes, um de cada empresa do consórcio. A senhora participava efetivamente das movimentações dessa conta?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Do consórcio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Do consórcio.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Nenhuma. Eu não tinha... eu não tinha nenhuma ã... informação financeira do consórcio. As únicas informações financeiras do consórcio que eu tive acesso foi quando solicitei ao Estado ou vi no site da... Transparência.

[Transcrição: Rafael de Souza Milke]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Quem poderia representar a CSA nessas movimentações?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não tínhamos representante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Algum outro representante da empresa participou de movimentação? Nenhum?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Nenhum outro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - E a senhora relatou algumas reuniões nos órgãos e inclusive na residência...

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - ... e no Centro Administrativo. A senhora participou de alguma reunião relacionada à alteração de projeto ou aditivo?

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Da minha parte seria isso. Eu não sei se o Deputado Fernando, a Deputada Marlene, ou a Deputada Luciane teriam alguma pergunta? (Todos declinam usar da palavra.)

Então, peço à assessoria que acompanhe o seu advogado e a senhora até a parte externa da Comissão.

A SRA. KARLA REGINA KRAUEL - O.K.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - E, nada mais tendo a discutir, declaro encerrada a presente reunião da CPI.

(Ata sem revisão dos oradores.) [Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé / Revisão: Clovis Pires da Silva]

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 0692.2/2019

Ofício CC/gab Nº 1451/2019 Florianópolis, 20 de setembro de 2019. Indica o nome do Senhor Marcos de Sousa Sabino para ser reconduzido ao cargo de Presidente da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC).

Douglas Borba
Chefe da Casa Civil

Lido no Expediente
Sessão de 09/10/19

OFÍCIO Nº 0693.3/2019

Caravaggio - Nova Veneza, 20 de setembro de 2019. Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Coral Os Peregrinos da Montanha, de Nova Veneza, referente ao exercício de 2018.

Idalino Jose Colombo
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/10/19

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2164, de 10 de outubro de 2019

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1704/2019,

RESOLVE: com fundamento no art. 42 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c o art. 5º da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991.

INCLUIR na folha de pagamento do servidor do Executivo - Secretaria de Estado da Administração, à disposição da ALESC, **ROGERIO SANTOS**, matrícula nº 9840, **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre a função gratificada de Assessoria Técnica-Administrativa, código PL/FG-4, no percentual de 36% (trinta e seis por cento), a contar de 31 de maio de 2019.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

PORTARIA Nº 2165, de 10 de outubro de 2019

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no art. 18, II, III, IV, IX e XIII, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

PRORROGAR, por 60 (sessenta) dias, os efeitos da Portaria nº 1742, de 25 de junho de 2019 que constituiu Procedimento Administrativo DG 003/2019, a contar de 30 de agosto de 2019.

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 2166, de 10 de outubro de 2019

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

ART. 1º DESIGNAR a servidora **MARCIA SELL**, matrícula nº 7205, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Processamento do Sistema de Pessoal, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, JANAINA MELLA, matrícula nº 7178, que se encontra em fruição de férias por dez dias, a contar de 23 de outubro de 2019 (DRH - Coordenadoria de Processamento do Sistema de Pessoal).

ART. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, por estar no exercício de cargo em comissão, no período, o servidor não perceberá o adicional de exercício.

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

* * *

PORTARIA Nº 2167, de 10 de outubro de 2019

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores **ARNALDO VENICIO DE SOUZA**, matrícula nº 4553, Diretoria Financeira, **LORNARTE SPERLING VELOSO**, matrícula nº 4608, Coordenadoria de Licitações e Contratos e **MARIA LUIZA DA SILVA DALBOSCO**, matrícula nº 1572, Diretoria Geral, para atribuições de interlocução e prestação de informações aos técnicos do TCE - Tribunal de Contas do Estado de SC, durante o período de planejamento de auditoria operacional, conforme consta do Ofício TCE/SC/GAP/17420/2019.

Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

* * *

PORTARIA Nº 2168, 10 de outubro de 2019

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **MARCIO DO NASCIMENTO ALCANTARA**, matrícula nº 9391, de PL/GAB-71 para o PL/GAB-77 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 09 de outubro de 2019 (Gab Dep Marcus Machado).
Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

* * *

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 0368.8/2019**

Reconhece o Município de Matos Costa como "Sentinela do Contestado".

Art. 1º O Município de Matos Costa fica reconhecido como "Sentinela do Contestado."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões, em

Deputado Fabiano da Luz

Lido no Expediente
Sessão de 09/10/19

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhores e Senhores Deputados,
O presente projeto visa reconhecer o Município de Matos Costa como "Sentinela do Contestado".

Com fulcro na Lei nº 16.722, de 8 de outubro de 2015, que "Consolida as Leis que conferem denominação adjetiva aos Municípios Catarinenses", quando diz:

"Art. 4º Fará jus ao Título a unidade municipal que comprovadamente contar com a característica, peculiaridade ou atividade apontada, quando da solicitação da denominação adjetiva.

§ 1º A comprovação far-se-á por meio de documentação que demonstre, de forma clara e ampla, a condição para a obtenção do título.

§ 2º A comprovação dos números de produção de atividade econômica será feita através dos dados oficiais disponíveis, especialmente os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Art. 5º Não será concedido o Título ao Município que não apresente a devida característica, peculiaridade ou atividade, ou quando a denominação adjetiva já tiver sido concedida a outro Município por lei estadual.

Parágrafo único. A certidão negativa referente à denominação adjetiva de que trata o caput deste artigo, será emitida pela Coordenadoria de Documentação da Assembleia Legislativa.

Art. 6º Cada Município poderá receber apenas uma denominação adjetiva.

Parágrafo único. Os Municípios que já receberam mais de uma denominação até a vigência desta Lei, poderão mantê-las."

O município de Matos Costa teve sua autonomia política recente, era originalmente pertencente ao de Porto União da Vitória, sendo que, em 9 de maio de 1910, instalou-se o Distrito de São João, em terras contestadas entre os estados do Paraná e Santa Catarina, e com o acordo de limites de 1916, a vila de São João passou para a jurisdição catarinense de Porto União, passando a se chamar São João dos Pobres, conforme consta no "DOSSIÊ TÉCNICO MATOS COSTA, SENTINELA DO CONTESTADO", de autoria do pesquisador Nilson Cesar Fraga em anexo.

Relata ainda que durante a Guerra do Contestado, a pequena Vila de São João dos Pobres foi várias vezes atacada, mas o mais famoso ataque se deu em 1914, ocasionando a morte do capitão João Teixeira de Matos Costa.

Foi quando em 15 de setembro de 1917, por meio da Resolução nº 37, a Vila de São João dos Pobres passou à condição de Distrito e, com a construção da nova Estação Ferroviária, pois a antiga havia sido queimada, São João dos Pobres passou a denominar-se Matos Costa, em homenagem ao capitão morto.

Revela ainda o pesquisador que os locais onde ocorreram grande quantidade de atividades belicosas e de resistência cabocla no decorrer da Guerra do Contestado, se deram no atual território político-jurídico de Matos Costa - SC, e que tais assertivas, estão contidas, principalmente, na obra clássica da Guerra do Contestado, denominada: **Messianismo e Conflito Social, do antropólogo brasileiro, da USP, Maurício Vinhas de Queiroz, publicado em 1968**, cujas análises de combates da guerra são mencionados em localidades atuais do interior do município, incluindo a sede, que na época da guerra era denominada de São João dos Pobres (onde há menção ao antigo nome da atual Matos Costa, em numerosas páginas da obra).

Na sequência, ele apresenta anexos referenciais que mostram a centralidade e importância de Matos Costa como um dos mais importantes epicentros das ações belicosas atinentes a Guerra do Contestado, assim como território da resistência histórica indígena e de africanos (as) da escravidão humana em território brasileiro e catarinense.

Nosso projeto de lei pretende reconhecer Matos Costa como protagonista da Guerra do Contestado, tal referência legal poderá contribuir para a construção de um cenário turístico, que visa a geração de renda, trabalho e riqueza.

Naquela região vamos encontrar fragmentos da história catarinense que podem incluir Matos Costa nos roteiros turísticos, como os espaços sagrados do Monge João Maria, os sítios seculares ligados ao período da escravidão e indígena.

Senhores e Senhores Deputados a região do Contestado é marcada pela cultura regional, com aspectos na gastronomia, arquitetura, linguagem e manifestações artísticas e culturais.

A comunidade regional, capitaneada pelo Prefeito Raul Ribas Neto, sugere o adjetivo "Sentinela do Contestado", pois sentinela é aquele que guarda, que vigia, que cuida, que olha, que contempla e, que no caso do Município de Matos Costa, estará atento a qualquer perigo ou ameaça que coloque em risco o inextinguível patrimônio material e imaterial municipal, estadual e nacional depositado no território desta municipalidade, assim como da região do Contestado, para que as futuras gerações tenham a possibilidade de conhecer e aprender com a resistência do povo caboclo que, com bravura, lutou para que se tivesse hoje, esse patrimônio disponível como memória da história da humanidade.

Por todo o exposto e considerando a relevância da matéria, solicito o apoio e submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a rápida aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em

Deputado Fabiano da Luz

* * *

PROJETO DE LEI Nº 0369/2019

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício n. 3184/2019-GP

A sua Excelência o Senhor

Deputado JÚLIO GARCIA

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis - SC

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, projeto de lei que "Cria Escrivânia de Paz nos municípios de Formosa do Sul, Santiago do Sul, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, São Bernardino e Zortéa", acompanhado da respectiva justificativa e da certidão de aprovação da minuta pelo Órgão Especial deste Tribunal de Justiça.

Aproveito para externar votos de admiração e apreço.

Cordialmente,

Rodrigo Collaço
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 09/10/19

PROJETO DE LEI Nº 369.9/2019

Cria Escrivânia de Paz nos municípios de Formosa do Sul, Santiago do Sul, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, São Bernardino e Zortéa.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam criadas, na comarca de Quilombo:

I - a Escrivânia de Paz do município de Formosa do Sul; e

II - a Escrivânia de Paz do município de Santiago do Sul.

Art. 2º Ficam criadas, na comarca de Campo Erê:

I - a Escrivânia de Paz do município de Saltinho, com efeitos retroativos a contar de 20 de novembro de 2015, data de sua instalação, convalidados os atos nela praticados;

II - a Escrivânia de Paz do município de Santa Terezinha do Progresso; e

III - a Escrivânia de Paz do município de São Bernardino.

Art. 3º Fica criada, na comarca de Campos Novos, a Escrivânia de Paz do município de Zortéa, com efeitos retroativos a contar de 10 de dezembro de 2015, data de sua instalação, convalidados os atos nela praticados.

Art. 4º Esta Lei entre em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, XX de XX de 2019.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

JUSTIFICATIVA

A criação dos municípios de Formosa do Sul, Santiago do Sul, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, São Bernardino e Zortéa foi concretizada, respectivamente, pela Lei n. 8.522, de 9 de janeiro de 1992, Lei n. 9.535, de 16 de abril de 1994, Lei n. 9.894, de 19 de julho de 1995, Lei n. 9.895, de 19 de julho de 1995, Lei n. 9.889, de 19 de julho de 1995, e Lei n. 10.051, de 29 de dezembro de 1995.

No que tange aos serviços notariais e de registro, a Lei federal n. 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, determina, no § 2º do art. 44, que em cada sede municipal haverá no mínimo um registrador civil de pessoas naturais. Essa previsão, entretanto, não foi concretizada nos municípios citados.

A criação de novas serventias para as atividades notariais e de registro que se fizerem indispensáveis, previstas na Lei federal n. 8.935, de 18 de novembro de 1994, dependerá de lei de iniciativa do Poder Executivo, por proposta do Poder Judiciário. Trata-se do comando estabelecido pelo art. 2º da Lei Complementar estadual n. 183, de 24 de setembro de 1999.

Nesse sentido, diante da necessidade de se fazer instituir Escrivânias de Paz nos municípios de Formosa do Sul, Santiago do Sul, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, São Bernardino e Zortéa, a fim de que se atenda à exigência legal e aos interesses dos munícipes, submete-se o presente projeto de lei ao crivo da augusta Assembleia Legislativa.

* * *

PROJETO DE LEI Nº 0370.2/2019

Institui e inclui no calendário oficial do Estado a Semana da Conscientização sobre a Esquizofrenia.

Art. 1º Fica instituída no calendário oficial do Estado a Semana da Conscientização sobre a Esquizofrenia.

Parágrafo único. A Semana da Conscientização sobre a Esquizofrenia será comemorada, anualmente, com início no dia 20 e término no dia 27 de maio.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, de outubro de 2019.

Deputada Luciane Carminatti

Lido no Expediente

Sessão de 10/10/19

JUSTIFICATIVA

Esta proposição visa instituir a semana estadual da conscientização sobre a esquizofrenia.

A esquizofrenia é um dos principais transtornos mentais e acomete 1% da população em idade jovem, entre 15 e os 35 anos de idade, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS). Apesar do impacto social, a esquizofrenia ainda é uma doença pouco conhecida pela sociedade, sempre cercada de tabus e preconceitos. Afirmações como "as pessoas com esquizofrenia são violentas e imprevisíveis", "elas são culpadas pela doença", "precisam viver internadas", são frutos do desconhecimento.

Caracteriza-se por uma grave desestruturação psíquica, em que a pessoa perde a capacidade de integrar suas emoções com seus sentimentos, podendo apresentar crenças irrealis, percepções falsas do ambiente (alucinações) e comportamentos que revelam a perda do juízo crítico. A doença produz também dificuldades sociais, como pautadas ao trabalho e relacionamento, com a interrupção das atividades produtivas da pessoa. O tratamento envolve medicamentos, psicoterapia, terapias ocupacionais e conscientização da família que absorve a maior parte das tensões geradas pela doença.

A esquizofrenia não tem cura, mas com o tratamento adequado a pessoa pode se recuperar (estabilizar-se) e voltar a ter uma vida normal. Nos últimos 25 anos, assistimos a uma revolução na maneira de tratar os doentes mentais: medicamentos modernos capazes de controlar a doença e de permitir a reintegração do paciente à família e a sociedade, dispositivos alternativos aos hospitais que acolhem a pessoa dentro da singularidade e que trabalham pela sua reabilitação psíquica e social, e fornecem mais informações para vencer os tabus e preconceitos da sociedade, participação colaborativa da família e de redes sociais imbuídas do objetivo comum de lutar pela recuperação dos pacientes. Tudo isso, contudo, não parece ser o bastante para derrotar o estigma e o preconceito. O rótulo "degenerativo" continua perseguindo a pessoa com esquizofrenia, apesar dos inúmeros exemplos contrários.

A pessoa acometida pela esquizofrenia tem grande potencial a sua frente. Precisa lutar contra as dificuldades do transtorno, mas pode vencer e seguir seus sonhos. Nesta batalha, precisa ter ao seu lado sua família, amigos, pessoas que o amem e o apoiem e que sobretudo, saibam compreendê-la. Tem a seu favor medicamentos eficazes, suporte psicológico e terapias de reabilitação capazes de ajudá-la nessa superação. Certamente contará com uma sociedade mais justa e que possa recebê-la um dia, como igual.

Alguns Municípios já aprovaram Leis similares a que estou propondo. Adotei como modelo o Projeto de Lei nº 489/2019 que foi aprovado e se transformou na Lei Municipal nº 4.759.

Pelas razões aqui expostas, solicito aos colegas Parlamentares a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das sessões, de outubro de 2019.

Deputada Luciane Carminatti

* * *

PROJETO DE LEI Nº 0371.3/2019

Garante aos consumidores o acesso a todas as informações referentes ao uso de agrotóxicos no processo de produção dos alimentos comercializados no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Artigo 1º - Ao consumidor é garantido o acesso às informações referentes ao uso de agrotóxicos no processo de produção dos alimentos comercializados no Estado de Santa Catarina, observadas as disposições da legislação federal.

Parágrafo único - Aplica-se o disposto nesta lei a todos os produtos alimentícios comercializados no Estado de Santa Catarina em suas formas de apresentação natural, processada parcialmente ou industrializada.

Artigo 2º - O acesso às informações a que se refere esta lei ocorrerá mediante:

I - rotulagem dos produtos alimentícios informando sobre o uso ou não de agrotóxicos no processo de produção;

II - no caso de alimento *in natura*, indicação na gôndola do estabelecimento comercial de que determinado produto teve ou não uso de agrotóxico em seu processo de produção;

III - disponibilização das informações, sobre quais agrotóxicos foram utilizados no processo de produção de cada produto, em suas páginas na rede mundial de computadores - Internet, por parte dos responsáveis por sua produção, industrialização e comercialização.

Artigo 3º - O Estado de Santa Catarina realizará análises, através de técnicos especializados, dos produtos comercializados *in natura* com o objetivo de detectar a presença de resíduos de agrotóxicos.

Parágrafo único - Os resultados das análises serão publicadas no Diário Oficial do Estado e divulgadas na rede mundial de computadores - Internet no site oficial do Estado de Santa Catarina.

Artigo 4º - O descumprimento desta lei acarretará ao infrator multa diária no valor equivalente a:

I - dois salários mínimos;

II - três salários mínimos, no caso de reincidência.

Artigo 5º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Artigo 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Jair Miotto - PSC

Lido no Expediente

Sessão de 10/10/19

JUSTIFICATIVA

Apenas neste ano, segundo dados do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), já foi liberado mais de 300 agrotóxicos no país. Este é o maior volume já documentado desde 2005.

Em julho deste ano pesquisa do Datafolha mostrou que 78% dos brasileiros consideram agrotóxicos inseguros para a saúde humana e 72% avaliam que os alimentos produzidos no Brasil têm mais agrotóxicos do que deveriam.

Uma vez utilizados nos sistemas agrícolas, os agrotóxicos permanecem nos alimentos, mesmo depois de lavados. Portanto, a população em geral acaba por ingerir grande parte dessas substâncias e o seu consumo contínuo pode desencadear a mais variada sorte de doenças. De acordo com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva, ingerir resíduos de agrotóxicos pode estar relacionado ao desenvolvimento de câncer, distúrbios endócrinos e neurológicos, podendo manifestar-se a curto ou longo prazo.

Grande parte dos casos de intoxicação por agrotóxicos se dá não só pela falta de controle, mas também pela falta de conscientização da população com relação aos riscos à saúde que o alimento que chega à sua mesa pode causar.

Nesta seara, a Constituição Federal consagra em seu Artigo 5º, inciso XXXIII, o direito do cidadão receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral.

Já o § 4º, do artigo 220 da mesma, é ainda mais específico ao apontar que a propaganda de agrotóxicos, tal qual a de tabaco e álcool, deve conter advertências sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

Senão, vejamos:

“Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.”

Portanto, a utilização de agrotóxicos nos alimentos que acabam na mesa dos brasileiros é uma questão de saúde que precisa ser enfrentada com os devidos esclarecimentos ao consumidor.

Sendo este inclusive seu direito constitucional, é necessário garantir ao consumidor o acesso à informações claras sobre a qualidade e a segurança da comida que chega à sua mesa.

O presente projeto de lei enfrenta exatamente esta questão para assegurar ao consumidor o direito à informação e o direito de escolha por uma alimentação mais saudável.

Ante a importância e abrangência da matéria, requeiro aos colegas sua aprovação.

Sala das Sessões,

Jair Miotto - PSC

* * *

PROJETO DE LEI Nº 0372.4/2019

Dispõe sobre a proibição de exposição de crianças e adolescentes no âmbito escolar, a danças que aludam a sexualização precoce, prevenção e combate à erotização infantil nas escolas do estado de Santa Catarina.

Art. 1º No âmbito das escolas do Estado de Santa Catarina ficam proibidas:

I - A realização de danças em eventos e manifestações culturais cujas coreografias sejam obscenas, pornográficas, ou exponham as crianças e adolescentes à erotização precoce.

II - A promoção, ensino e permissão pelas autoridades da rede de ensino da prática de danças cujos conteúdos ou movimentos sujeitem a criança e ao adolescente a exposição sexual.

Parágrafo único. Considera-se pornográfico ou obsceno, coreografias que aludam a prática de relação sexual ou de ato libidinoso.

Art. 2º Considera-se no âmbito escolar as atividades desenvolvidas pelas escolas, dentro ou fora do seu espaço territorial, inclusive em eventos fora do Estado, desde que promovidas ou patrocinadas por elas, em local público ou privado, assim como divulgadas em mídias ou redes sociais.

Art. 3º Qualquer pessoa física ou jurídica, inclusive pais ou responsáveis, poderão representar à Administração Pública e ao Ministério Público quando houver violação ao disposto nesta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jair Miotto

Lido no Expediente

Sessão de 10/10/19

JUSTIFICAÇÃO

A erotização precoce de crianças e adolescentes é fator responsável diretamente pelo aumento da violação da dignidade sexual de mulheres e também dos casos de estupro de vulnerável, por esse motivo, cabe às escolas contribuir para combater os estímulos à erotização infantil no âmbito de suas atividades culturais e pedagógicas proibindo a exposição precoce a danças inadequadas que simulam movimentos de atos sexuais.

Nesse contexto, é necessário definir o que é erotização precoce, pois não se trata de isolar a criança de sua sexualidade, mas sim evitar que fatores externos influenciem negativamente a forma como este indivíduo, ainda em formação, enxerga sua sexualidade, suas atitudes sexuais, valores, assim como seus relacionamentos e até mesmo sua capacidade de entender o amor e o afeto.

Existem diversos componentes na erotização precoce e estes a separam da sexualidade a saudável. Erotização precoce ocorre quando há a imposição inadequada de valores adultos acerca da sexualidade infantil, evidenciada pela valorização de uma pessoa pela sua capacidade de ser atraente, excluindo os demais atributos de um ser humano.

É necessário respeitar o devido tempo natural da sexualização, pois se as crianças antecipam certas vivências elas acabam se tornando mais vulneráveis, pois se expõem a situações com as quais não sabem lidar. Elas não estão conscientes do que permeia suas atitudes, apenas copiam um comportamento que acreditam ser desejado, sem entender o contexto que o envolve e o seu significado no mundo.

Além da situação de vulnerabilidade que a criança se coloca ao adquirir precocemente um comportamento erotizado, ela ainda adianta o fim de experiências significativas de sua infância, que não correspondem àquele modelo de comportamento.

No âmbito da legislação infraconstitucional, a lei especial sobre o assunto é a Lei Federal nº 8.069/1990, que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”, estando, desta forma, o presente Projeto de Lei devidamente embasado nos seguintes dispositivos legais:

“Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: (...) c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

(...) Art. 7º A criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

(...) Art. 15º A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

(...) Art. 17º O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18º É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Esta lei visa garantir a eficácia e o respeito aos direitos da infância e adolescência, conscientizando as famílias, a sociedade civil acerca da Constituição e das leis vigentes no país sobre a proteção à proteção às crianças.

Por estes motivos, requeiro o apoio dos nobres Colegas na sua aprovação.

Deputado Jair Miotto

* * *